

Acção Socialista



N.º 1300 3 Março 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Sócrates nas “Novas Fronteiras” 3 ANOS COM RESULTADOS



PÁGINA 5

É o Governo do Partido Socialista que está a construir futuro e a mudar Portugal, transformando-o num país de progresso, moderno e cosmopolita. Esta a ideia de fundo do discurso que José Sócrates

proferiu na abertura de mais uma sessão pública do fórum “Novas Fronteiras”, desta feita dedicada a assinalar três anos de governação e apresentar as suas 15 marcas de modernidade.

EM PRÓXIMA EDIÇÃO:

Entrevista com a ministra da Educação
Maria de Lurdes Rodrigues

Envie a sua pergunta até 12 de Março para: accaosocialista@ps.pt

GRANDE COMÍCIO NACIONAL PORTO, 15 DE MARÇO

Jornadas Parlamentares na Guarda 10



Políticas sociais do Governo reforçam Estado mais justo e solidário

Ministro do Trabalho e Solidariedade Social 2



Vieira da Silva: “Reduzir a precariedade é um dos objectivos da revisão do Código Laboral”

Presidente da Câmara de Matosinhos 8



Guilherme Pinto: “Estamos a fazer uma revolução profunda na educação”

Presidente da Câmara de Lousada 16



Jorge Magalhães : “O Governo tem revelado enorme

coragem para proceder a reformas de fundo”



Nesta edição
Suplemento
“Europa”

“Reduzir a precariedade laboral” é um dos objectivos da revisão do Código Laboral

VIEIRA DA SILVA, MINISTRO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

O programa “Novas Oportunidades” faz parte da prioridade estratégica número um do país que é a qualificação das pessoas, afirma o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, numa entrevista ao “Acção Socialista” em que passa em revista as medidas lançadas pelo Governo no âmbito da nova geração de políticas sociais. Vieira da Silva sublinha ainda que a redução da precariedade laboral, em particular nas formas mais gravosas, é um dos objectivos da revisão do Código Laboral, para a qual conta com o sentido de responsabilidade dos parceiros sociais.

Qual a sua leitura dos últimos números globais do desemprego e qual o significado que atribui ao facto da taxa de desemprego ter baixado quatro décimas no último trimestre?

A descida do desemprego é, acima de tudo, um sinal positivo sobre a evolução da economia em Portugal e sobre a capacidade de resposta das nossas políticas de emprego, com todas as implicações para o bem-estar das pessoas. No fundo, é mais uma demonstração de que o caminho árduo dos últimos três anos é o correcto e está já a dar frutos.

Lembro que, quando chegámos ao Governo, encontrámos uma situação de forte crescimento de desemprego. Começámos por conseguir conter o seu crescimento; depois, uma relativa estabilização; e a tendência actual, agora confirmada pelos números do INE, tem sido de descida do número de desempregados inscritos. Para aqui chegar foi preciso trabalhar muito e tomar medidas difíceis. Sabíamos que ia ser assim. Mas não podemos embandeirar em arco, o que temos é de prosseguir o caminho de melhoria.

Apesar dos centros de emprego registarem menos 58 mil inscritos do que há um ano, mesmo assim ainda são 400 mil os inscritos. Quais as medidas para debelar este problema que é um dos mais graves que afectam a sociedade portuguesa?

O desemprego é sempre um problema sério, e um dos que mais preocupam as pessoas, o que é compreensível. A nossa estratégia tem três vertentes. Por um lado, claro está, melhorar a capacidade de criação de emprego do mercado de trabalho e da economia, essencial para garantir a sustentabilidade dos níveis de emprego. É um caminho em que há indícios animadores. Por outro lado, apostamos noutra dimensão crítica para tornar a empregabilidade de cada pessoa sustentável: a qualificação. O reforço muito significativo da aposta na formação profissional no novo QREN e a iniciativa “Novas Oportunidades” são bons exemplos

do que estamos a fazer. Por fim, estamos a fazer um trabalho aprofundado para aumentar a eficácia das políticas activas de emprego, tornando-as mais capazes de responder às necessidades.

O objectivo de criação de 150 mil novos postos de trabalho é concretizável até ao final da legislatura?

Sabíamos desde o primeiro dia que era um objectivo ambicioso, mas foi por isso mesmo que o traçámos. Porque sabemos que é uma preocupação central das pessoas e porque é uma área decisiva para conseguir uma viragem na situação do país. A meta continua a ser alcançável, se as condições de criação de emprego também continuarem a progredir.

Mas também é importante realçar o muito progresso que já foi conseguido: em termos líquidos, foram criados em três anos cerca de 94 mil postos de trabalho. Ora esta situação não tem comparação possível com o período anterior, em que o país não teve capacidade de criar postos de trabalho ao mesmo tempo a que se assistia a um aumento exponencial do desemprego. É este o sentido desse objectivo que traçámos: melhorar o ritmo e as condições de criação de emprego. E, havendo ainda caminho a percorrer, em particular no que toca ao desemprego, essa é uma batalha que já está a ser ganha.

A estrutura do mercado de trabalho parece estar a mudar. Quais são as novas tendências para o emprego?

Estão em curso, de facto, mudanças importantes, dado que a evolução do mercado de trabalho está muito ligada à própria evolução da economia e da sociedade.

Eu citaria, rapidamente, três questões. Desde logo, o cada vez maior peso do emprego com níveis mais elevados de escolaridade. Basta citar este dado: os mais de 90 mil postos de trabalho criados entre 2005 e 2007 concentram-se nos empregados com níveis de escolaridade de nível secundário ou superior.

Em segundo lugar, dinâmicas de



reestruturação da própria economia, com recomposição do peso relativo dos sectores e muitos destes a passarem por transformações internas importantes. Por exemplo, os serviços ganham cada vez mais terreno à indústria, tal como sucede na generalidade das economias mais desenvolvidas. E assiste-se a uma tendência transversal para a reconversão sectorial no sentido da requalificação e do afastamento face aos modelos tradicionais de mão-de-obra menos qualificada e com baixos salários.

Por fim, é importante frisar que as chamadas formas atípicas de emprego são hoje uma realidade à qual é necessário dar atenção. Mas, na verdade, o seu peso no emprego total tem-se mantido em níveis relativamente estáveis e a esmagadora maioria do emprego por conta de outrem continua a ser regulada por contratos permanentes. O importante, neste contexto, é enquadrar o dinamismo empresarial que muitas vezes está associado à criação de emprego, criando situações favoráveis para todos os envolvidos e favorecendo caminhos de transição para a situação de referência – o contrato sem termo.

Onde é que os jovens devem apostar?

Tendo em conta o quadro que acabo de descrever, os jovens de-

vem acima de tudo optar por uma formação sólida e adequada às suas aspirações, seja pela via escolar seja pela via profissionalizante. E têm de continuar sempre a investir nesse campo, mesmo depois de concluída a formação inicial, porque a renovação das competências é uma exigência crescente. Ou seja, a regra essencial é apostar fortemente na formação, na valorização pessoal. O país precisa de gente com mais e melhores qualificações, tendência que no futuro só se vai aprofundar.

Aliás, na verdade a opção pela formação é do interesse de cada um: esse já é e será de modo crescente um elemento decisivo da empregabilidade das pessoas e do sucesso nos percursos profissionais. Quem estuda mais tem mais possibilidades de encontrar um emprego, consegue-o em média mais rapidamente, e a progressão salarial ao longo da vida é, também em termos médios, muito mais favorável nos sectores mais qualificados. Isto é inequívoco em todos os dados.

Claro que é importante, também, incentivar os jovens a fazer opções com futuro, porque há caminhos e cursos cujo potencial de empregabilidade é superior a outros. Mas, repito, o mais importante de tudo é apostar numa formação de base com qualidade e ser capaz de praticar uma cultura de verdadeira aprendizagem ao longo da vida.

Está já Portugal a recuperar o seu atraso em matéria de qualificações profissionais?

Os dados dos últimos anos mostram uma tendência clara: Portugal tem melhorado significativamente a sua situação. Mas é preciso lembrar que os outros países não cessam também de progredir. Por isso, estamos a encurtar o atraso, estamos a reduzir a sua extensão quantitativa e qualitativa, mas ainda não ao ritmo necessário.

É essa a razão pela qual o Governo apostou tanto na iniciativa “Novas Oportunidades”. Não podemos esperar pelo ritmo de renovação das gerações, porque levaria muitas décadas – embora neste momento, é preciso sublinhá-lo, se assista uma aceleração ainda maior das nossas melhorias, com a diminuição do abandono escolar e o aumento dos números de estudantes no secundário, por exemplo. São dados muito importantes para o futuro. Mas, dizia, temos de apostar forte também na qualificação de adultos. Essa é a única forma de conseguirmos criar um novo horizonte de desenvolvimento para a sociedade portuguesa.

Como está a correr o projecto “Novas Oportunidades”? É uma aposta ganha?

Sem dúvida que sim. Os dados de execução da iniciativa até ao mo-

Precariedade Revisão do Código Laboral”

mento são a melhor prova: mais de 350 mil adultos inscreveram-se para melhorar as suas qualificações, dos quais quase 150 mil obtiveram já a sua certificação. E foi já conseguido um aumento para quase 40 por cento das modalidades de formação de carácter profissionalizante no total da oferta de nível secundário para jovens. Ou seja, já são mais de 120 mil jovens neste caminho profissionalizante, a que se somam cerca de 45 mil jovens em cursos desse tipo, mas de nível básico.

Esta aposta já é, aliás, internacionalmente reconhecida. Mas há uma coisa que faço questão de sublinhar. A iniciativa “Novas Oportunidades” não é um fim em si mesmo nem um programa para o curto prazo, faz parte da prioridade estratégica número um do país no longo prazo: a qualificação das pessoas. Não é uma aposta de um Governo, ou de um mandato, é uma verdadeira reforma estrutural.

Que políticas activas de emprego tem promovido o seu ministério, nomeadamente no que respeita aos desempregados de longa duração (DLD)?

Este Governo tem vindo a aumentar de ano para ano o esforço do Estado no apoio aos desempregados, em particular aos de longa duração, porque não nos podemos nem dar ao luxo de ter pessoas cujas capacidades não são aproveitadas pela sociedade, nem o direito de nada fazer para ajudar, para criar oportunidades para esses cidadãos.

Esta perspectiva é complementada com uma lógica de intervenção precoce sobre as situações de desemprego, numa perspectiva de evitar que as pessoas cheguem à situação de (ou seja, que estejam 12 ou mais meses desempregados). Está demonstrado que quanto mais tempo uma pessoa está no desemprego, mais difícil se torna o seu retorno ao mercado de trabalho.

Entre 2004 e 2007, aumentámos em mais de 100 mil beneficiários destas políticas activas, em medidas que vão da formação profissional à isenção temporária da taxa social única para os empregadores que contratam jovens à procura do 1.º emprego e DLD. É um esforço de dimensão e impactos muito significativos.

Mas queremos mais. E por isso este esforço vai continuar e acentuar-se este ano, com o orçamento de estado de 2008 a prever um aumento de cerca de 35 por cento no investimento neste domínio, ultrapassando os 2,3 mil milhões de Euros, o que só é também possível devido à entrada em vigor durante este ano do QREN, enquanto instrumento fundamental de financiamento destas políticas.

Dados do INE revelam que desde 2005 diminui o ritmo de crescimento dos salários líquidos mensais dos trabalhadores por conta de outrem. Como inverter esta situação?

A este respeito, quero frisar alguns aspectos que são fundamentais. Por um lado, o crescimento dos salários tem de ser sustentado nos aumentos de produtividade e competitividade da nossa economia, sob pena de comprometerem a sua evolução no curto e médio prazo. Isto liga-se à aposta na qualificação das pessoas, por exemplo, como meio para sustentar aumentos salariais.

Mas um outro ponto é da maior importância: o esforço que Governo e parceiros sociais estão a fazer na elevação da Retribuição Mínima Mensal Garantida por lei a que, de forma mais simples, muitas vezes nos referimos como o aumento do salário mínimo. O Acordo de Concertação Social que foi celebrado a este respeito pela primeira vez na nossa história e por todos os parceiros sociais, tem um objectivo claro: combater a pobreza entre os trabalhadores e constituir um estímulo adicional em matéria de elevação dos níveis salariais e de produtividade no país. Em particular, este é um acordo de médio prazo com grande impacto nos sectores de menores rendimentos, porque em nome da justiça social e da construção de uma sociedade mais coesa temos de concentrar esforços nestes grupos. Basta pensar que o salário mínimo era em 2005 de 374,70 euros, é hoje de 426 euros, numa progressão que permitirá chegarmos aos 500 euros em 2011.

Qual o ponto da situação em relação à reforma do Código do Trabalho?

Estamos a iniciar a recta final do processo. Começámos por elaborar um Livro Verde, que nos permite, mais que um diagnóstico, uma radiografia da realidade. Na posse de toda a informação que foi possível recolher e sistematizar com este instrumento, a chamada Comissão do Livro Branco, constituída por vários dos melhores especialistas portugueses em questões laborais, analisou o código em vigor e a nossa realidade e fez um conjunto de propostas de caminhos para a reforma. Acima de tudo, é inequívoco que este tem sido um processo muito amadurecido, em que todos os passos foram dados com tempo, com ponderação e com o contributo de pessoas altamente qualificadas neste campo, como se exige dada a importância e a delicadeza destas matérias.

Estamos na fase crucial de decisão política. Trata-se de um processo de concertação, profundo que se destina a encontrar as melhores

soluções e os equilíbrios possíveis para fazer uma revisão que, aliás, é um imperativo legal que consta do Código em vigor.

Como é que esta reforma poderá contribuir para travar a precariedade laboral?

Reduzir a precariedade, em particular nas formas mais gravosas, é um dos objectivos que temos na revisão do Código. Não é, naturalmente, o único objectivo, porque também não é o único problema do nosso mercado de trabalho. Temos, por exemplo, problemas importantes de flexibilidade interna e de adaptabilidade das empresas e dos trabalhadores que é importante resolver.

As propostas que faremos, e os equilíbrios que a partir delas procuraremos construir, irão no sentido de tentar responder aos diferentes desafios que actualmente enfrentamos. E que não podem ficar, uma vez mais, sem resposta, porque são demasiado sérios. É uma reforma difícil mas necessária. Contamos, naturalmente, com a disponibilidade

“Este Governo tem vindo a aumentar de ano para ano o esforço do Estado no apoio aos desempregados, em particular os de longa duração”

“2007 foi o terceiro anos, em que assistimos a uma subida acima dos cinco pontos percentuais das contribuições para a Segurança Social

e o sentido de responsabilidade dos parceiros sociais.

Quando é que os trabalhadores poderão aderir ao plano poupança-reforma do Estado?

O novo instrumento de poupança está em vigor desde o dia 1 de Março, e a lei prevê que - se for essa a vontade de quem subscreve - pode ter efeitos a partir 1 de Janeiro.

Quais as linhas gerais em que este assenta?

As contas individuais são uma das linhas da nova Lei de Bases que aprovámos depois de uma intensa e bem sucedida negociação na concertação social, com os parceiros sociais. O objectivo é dar aos portugueses um instrumento de poupança com as garantias que a segurança social pública pode oferecer - o que aliás é, hoje, reconhecido de forma unânime. Julgo que se o Estado tiver condições, como tem, para colocar em cima da mesa formas novas de incentivo à poupança ganha duas batalhas:

credibiliza a própria segurança social pública e garante o retorno dessas poupanças quando os subscritores chegarem à idade da reforma, fomentando a responsabilidade e a escolha individual nesta matéria.

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) abrange actualmente quantos pensionistas? Há muita burocracia para se receber este complemento como, por vezes, é referido pelos “media”?

O Complemento Solidário para Idosos abrange já mais de 65 mil pessoas. Estamos a falar de pessoas, e em muitos casos as suas famílias, que têm apoio, uma nova prestação social destinada a afastar os idosos mais vulneráveis da pobreza. Aliás, e por este objectivo ser central, que aumentamos o rendimento de referência para a atribuição do CSI dos 300 euros mensais - de que partimos - para os 400 euros mensais, de modo a reforçar a garantia de que o risco de pobreza é efectivamente reduzido.

A questão da burocracia é algo a que estamos muito atentos. Na

contribuições para Segurança Social. Quer dar-nos números deste combate?

Os últimos números de que dispomos são os da execução orçamental de 2007. Desde logo existe um dado absolutamente essencial que sintetiza o trabalho que estamos a levar a cabo: 2007 foi o terceiro ano em que assistimos a uma subida, acima dos cinco pontos percentuais - 6,5 por cento -, das contribuições para a Segurança Social, num cenário que de subida proporcional do emprego. Chamo a atenção para este dado porque num cenário de aumento do emprego as contribuições crescem quase de forma automática. Estes resultados devem-se ao esforço de combate à fraude de todo o sistema de Segurança Social que criamos, deve-se ao esforço dos trabalhadores da Segurança Social - cobramos em 2007 mais 31,6 por cento que em 2006 -, mas deve-se também a um maior cumprimento de todos os agentes económicos. Induzidos ou não pelos novos mecanismos de combate à fraude, o que é certo é que estes dados são muito significativos no actual quadro económico.

A tradução desta realidade em números permitir-nos-á, por exemplo, chegar ao fim do ano com 9 mil milhões de euros no Fundo de Estabilização Financeira, a chamada almofada Segurança Social.

Acceita a crítica de falta de sensibilidade social feita a este Governo?

Não aceito de todo e nem sequer recorrerei a comparações com um passado recente para responder. Façamos um exercício: ouvimos nos últimos anos falar dos riscos de sustentabilidade da Segurança Social portuguesa. Nós fizemos uma nova Lei de Bases com um amplo acordo junto dos parceiros sociais. Consequência directa: a Comissão Europeia decretou a saída de Portugal dos Países com sistemas de Segurança Social com riscos de sustentabilidade. Em paralelo criamos uma nova geração de apoios sociais - por exemplo CSI, Abono Família pré-natal, reforço do Abono Família - lançamos o PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sócios - que aumenta, como nunca foi feito em Portugal, o número de valências em diversos equipamentos, especialmente em creches. Bom, e já falamos do “Novas Oportunidades”, que é um instrumento que damos aos portugueses para permitir que se qualifiquem aproveitando a experiência profissional que adquiriram.

Podia continuar, podia fazer comparações com o passado. Penso que, eventualmente, podem ser feitas críticas a este Governo. A crítica de falta de sensibilidade não aceito.

Um dos grandes êxitos do seu ministério tem sido as medidas de combate à fraude e evasão das

OPINIÃO



NELSON BALTAZAR
Deputado do PS

A estratégia política de apoios diversos a estes cidadãos [com Síndrome de Down ou Trissomia 21] se deve às opções assumidas pelos governos socialistas dos últimos anos, que importa registar

UMA VITÓRIA PELA INCLUSÃO

O EXEMPLO de Portugal em vários temas da Agenda de Lisboa, bem pode ser seguido por outros países da Europa. Vou falar-vos hoje de um deles, aonde a vitória pela inclusão se espelha como exemplo de excelência.

Falo-vos das pessoas portadoras da deficiência, designada como Síndrome de Down ou Trissomia 21.

Sei que há diferentes formas desta deficiência se manifestar e até níveis de evolução distintos que importaria explicar, mas hoje abordarei exclusivamente a forma como os portugueses acolhem estas pessoas, em particular as crianças.

Portugal tem dos melhores níveis do mundo para integração na sociedade, das crianças e adultos portadores de Trissomia 21. Existem no nosso país entre 10 a 12 mil pessoas com Trissomia 21, sendo que todas as crianças até aos dez anos estão integradas no sistema regular de ensino.

Desde há algum tempo que a Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21 (APPT21), a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM) e o Centro de Desenvolvimento Infantil Diferenças, têm efectuado um trabalho notável, de enorme dedicação, no sentido da inclusão societária destas pessoas.

Esta deficiência foi descrita pela primeira vez em meados do século dezanove pelo médico inglês John Longdon, sendo uma alteração genética, que causa um atraso no desenvolvimento físico e intelectual.

Na organização genética existem dois cromossomas 21 mas, no caso da Trissomia 21, há três. Esta patologia afecta 2 pessoas em cada 1000 recém-nascidos. Como exemplo, é provável que uma comunidade como o concelho de Abrantes tenha 60 pessoas com síndrome de Down ou que a freguesia do Tramagal tenha oito pessoas portadoras desta deficiência.

A pediatria de desenvolvimento tem acompanhado as nossas crianças e as novas tecnologias já permitem identificar o problema em 90 por cento dos fetos. Esta vertente da medicina tem prestado nos centros de apoio, cuidados médicos e educativos às crianças, aos seus pais e educadores.

O Centro de Desenvolvimento Infantil Diferenças tem desenvolvido um conjunto de metodologias específicas para o ensino da leitura, escrita e do comportamento aos portadores desta doença. Miguel Palha, pediatra de desenvolvimento e presidente do Centro, afirmou que tem bastante orgulho em que “Portugal seja dos países com maiores níveis de integração e também dos mais avançados em termos de técnicas e metodologias educativas” para a Trissomia 21.

As escolas públicas têm um processo de integração adaptado, na área do ensino especial, que ajuda a construir programas que facilitam a sua inclusão na comunidade. Muito devemos todos ao esforço que os professores do ensino especial têm feito em benefício da integração destes jovens.

Também há vários exemplos de sucesso com empresas que integram pessoas com esta deficiência nas suas linhas de produção. Todo o país tem dezenas de exemplos e por isso também os empresários que decidem fazê-lo merecem uma palavra de incentivo e reconhecimento por acreditarem poder participar nesta cruzada de inclusão.

No que respeita aos adultos, 90 por cento serão integrados nos próximos dez anos, de acordo com o plano estabelecido pelas instituições que acompanham estes cidadãos especiais.

De referir que a estratégia política de apoios diversos a estes cidadãos, se deve às opções assumidas pelos governos socialistas dos últimos anos, que importa registar.

Assim possamos continuar a ajudá-los, não estragando com “novas ideias” orçamentais, o trabalho feito e os níveis de intervenção já conseguidos, quer ao nível das escolas públicas, quer nos incentivos ao tecido empresarial ou nos apoios às instituições específicas.

Nem sempre é possível falar bem de Portugal, mas é bom poder fazê-lo. Talvez estes factos ajudem a compreender e a direccionar os novos ventos que sopram, lá para os lados do ensino especial.

Vitorino refere que regionalização é uma mais-valia no contexto europeu



UNIVERSIDADE MERIDIONAL

“A EXISTÊNCIA de regiões é uma mais-valia para o interesse do país no contexto europeu”, afirmou, em Olhão, António Vitorino, sustentando que a integração de Portugal na União Europeia (UE) constitui um “instrumento fundamental” para enfrentar o desafio da globalização.

Falando durante uma sessão onde abordou a “Questão Europeia Europa: União, Federação ou Ilusão?”, no âmbito da Universidade Meridional promovida pelo PS/Algarve, o ex-comissário europeu considerou ainda como principal prioridade para a evolução da UE a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, prevista para o dia 1 de Janeiro de 2009.

António Vitorino, defensor da regionalização na campanha ao referendo de 1998, salientou que as regiões administrativas garantem “a criação de alavancas de desenvolvimento sustentável, que beneficiará o país no seu conjunto”, não apenas pela captação dos fundos comunitários, mas sobretudo ao nível do investimento, aumento da capacidade crítica, da investigação e da tecnologia.

O ex-ministro da Defesa de António Guterres defendeu que “não há para Portugal qualquer outro modelo consistente alternativo à sua inserção no mundo global”, pelo que, frisou, o país deve “apostar forte a cartada europeia”.

“Quem pensar que uma pertença a esse mundo lusófono constituiria uma alternativa suficientemente consistente para a integração de Portugal na cena internacional, está a laborar num profundo erro”, disse, acrescentando que “a melhor

forma de Portugal defender os seus interesses é estar na Europa e valorizar essa especial ligação com os países de língua oficial portuguesa como um traço da sua identidade nacional, enquanto mais-valia que pode trazer aos países europeus”.

Neste quadro, António Vitorino apontou como exemplo da conjugação dos interesses nacional e europeu a realização da cimeira Europa-África, que permitiu à presidência portuguesa recolocar o continente africano no centro da agenda política externa dos 27.

António Vitorino, actualmente membro do Conselho Coordenador do Fórum Novas Fronteiras, defendeu que a UE tem de continuar a ser para Portugal uma “prioridade da acção política como Estado e como sociedade, sublinhando, no entanto, que a “vida do país na Europa não é fácil”, especialmente devido ao processo de alargamento que realçou as diferenças sociais e económicas dos Estados-membros.

Para o ex-comissário europeu, a principal consequência desta nova dinâmica será a redução do envelope financeiro já a partir de 2013, altura em que os países mais carenciados reivindicarão a maior fatia dos fundos estruturais.

Classificando Portugal como “um exemplo de sucesso da integração europeia”, António Vitorino realçou os benefícios registados no país ao longo dos últimos 22 anos, através dos fundos comunitários de apoio, e frisou que a evolução do projecto da UE passa agora pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa, pondo fim à crise institucional criada com a rejeição do Tratado Constitucional pelos referendos francês e holandês.

O ex-comissário europeu negou ainda peremptoriamente que o Tratado de Lisboa consagre o directório.

“É totalmente demagógico argumentar que o Tratado de Lisboa consagra o princípio do directório”, disse, explicando que, para prevalecer, uma decisão tem de ter o voto de 17 Estados-membros que representem 65 por cento da população.

Reformas inadiáveis

No plano social, António Vitorino reconhece que os europeus têm um problema sério de coesão, cujo modelo corre o “risco de colapso” num continente onde os dados demográficos atingem contornos preocupantes, com uma população envelhecida e uma baixa taxa de natalidade.

“É para responder a esta tendência demográfica que temos de introduzir reformas, algumas impopulares, para garantirmos a sustentabilidade deste modelo de solidariedade e de coesão social, essencial para a paz nas sociedades europeias”, disse, defendendo ainda que, a par de reformas como a da Segurança Social, há que dinamizar a economia europeia, tornando-a mais competitiva à escala global, apostando nas novas tecnologias, nos ganhos de produtividade, na qualificação dos trabalhadores, na investigação e tecnologia aplicadas ao processo produtivo.

“Um projecto que nenhum país isoladamente conseguirá levar a cabo e em relação ao qual a União Europeia é, mais uma vez, o instrumento fundamental que garante dinamismo económico, coesão e solidariedade social”, sublinhou.

Três anos a definir as novas fronteiras da modernidade

É o Governo do Partido Socialista que está a construir futuro e a mudar Portugal, transformando-o num país de progresso, moderno e cosmopolita. Esta a ideia de fundo do discurso que José Sócrates proferiu na abertura de mais uma sessão pública do fórum “Novas Fronteiras”, desta feita dedicada a assinalar três anos de governação e apresentar as suas 15 marcas de modernidade.

MARY RODRIGUES



PERANTE um auditório completamente lotado, no Centro de Congressos de Lisboa, o secretário-geral do PS e primeiro-ministro falou no passado dia 23 nas principais marcas que estabelecem a fronteira entre o período anterior a 2005 e os anos que se seguiram.

Assim, revistando os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, Sócrates destacou que o risco da pobreza do nosso país diminuiu, foi reduzida a assimetria entre os mais ricos e os mais pobres, aumentou o rendimento das famílias, travou-se a perda de poder de compra de 700 mil pensionistas, baixou o insucesso e o abandono escolares, mais de 150 mil pessoas passaram a ter médico de família, o salário mínimo registou o maior aumento da década, o Complemento Solidário para Idosos afastou 65 mil idosos do limiar da pobreza, foi reforçado o apoio a famílias com filhos e à acção social escolar, lançou-se o maior programa de investimentos em equipamentos sociais – PARES –, estendeu-se a protecção no desemprego aos contratados da Administração Pública e reformou-se a Segurança Social, assegurando a sua sustentabilidade e o futuro das pensões dos reformados e dos trabalhadores.

Todos estes, entre muitos outros, são, segundo o chefe do Executivo socialista, “factos incontestáveis”

que fulminam as acusações daqueles que, “repetindo *slogans* de sempre”, dissertam sobre um alegado aumento das desigualdades em Portugal.

Aqueles outros que preferem insinuar que o Governo não evidenciou coragem contra os mais fortes nem foi justo na repartição dos esforços necessários, José Sócrates respondeu que foi o actual Executivo que acabou com as subvenções especiais para titulares de cargos políticos, criou a taxa de 42 por cento de IRS para os rendimentos mais altos, obrigou a banca a pagar um IRC próximo daquele que pagam outras empresas, obteve os melhores resultados de sempre no combate à fraude e à evasão nas contribuições fiscais e para a Segurança Social, acabou com os benefícios complementares de reforma exclusivos para os gestores públicos, criou a ASAE e reforçou a Inspeção do Trabalho.

Mas, se tudo isto não bastasse para sustentar que o actual Executivo preza e preserva o princípio do “bom Governo”, Sócrates apontou também para os objectivos alcançados na economia portuguesa, que atestam – disse – que Portugal está a mudar para melhor.

“Há três anos tínhamos esperança. Hoje temos mais do que isso, temos confiança fundada no conhecimento dos resultados”, declarou o primeiro-ministro, antes de sublinhar que, nestes últimos três

anos, o Governo venceu a crise orçamental e relançou o crescimento económico.

“Défice abaixo dos 3 por cento, crescimento económico de 2 por cento e 94 mil empregos criados. Esta é a síntese de uma governação com rigor e com resultados”, frisou Sócrates, para quem o Executivo do PS tem representado cabalmente os valores da esquerda democrática moderna ao ter conseguido pôr as contas públicas em ordem ao mesmo tempo que implementava uma nova geração de políticas sociais.

Apresentar contas e assumir responsabilidades

Todavia, se este momento do “depois” tem responsáveis, “que somos nós” – afirmou o líder socialista –, é preciso não esquecer que também o momento do “antes” tem os seus.

“Responsáveis, aliás, que voltaram, porque os vejo todos os quinze dias quando vou ao Parlamento. O que impressiona é que parece nada terem aprendido”, referiu.

Previamente, José Sócrates tinha deixado claro que o Governo do Partido Socialista não se limitou a diagnosticar e falar dos problemas do país.

“Nós demos, também aqui (no fórum das “Novas Fronteiras”) uma contribuição concreta para

enfrentá-los e melhorar a qualidade da nossa democracia”, afirmou, demarcando-se de atitudes de resignação e lamento que não hesitou em criticar, até porque “o país já tem de sobre profetas da desgraça”.

Alertou, mais adiante, para o facto dos portugueses estarem a ficar cansados do “pessimismo profissional” de uma certa oposição.

E convidou os cidadãos a olharem à volta e avaliarem quem se distingue pelo bom Governo e quem, contrariamente, “se distingue pelo tremedismo, pela desorientação, pelo zigzague, pelo descrédito. Quem não sabe honrar os compromissos que livremente assumiu, os acordos que livremente celebrou e que demonstra uma falta de sentido das responsabilidades que não hesita em faltar à palavra dada”.

O primeiro-ministro refutou igualmente e de maneira contundente a ideia de que o Executivo esteja a dismantlar o Estado Social.

“Queremos um Estado Social mais forte, mais eficiente, equitativo, sustentável e capaz de criar mais oportunidades a vários níveis”, sustentou, defendendo que “este é o verdadeiro compromisso da esquerda moderna, que quer honrar os seus valores de justiça e solidariedade”.

Ao apontar o fórum das “Novas Fronteiras” como exemplo e contributo para o melhoramento da qualidade da democracia, garantiu estar “à-vontade” para falar do assunto, confessando-se orgulhoso de “ser o secretário-geral de um partido que usou a maioria absoluta que o povo lhe deu para reformar o Parlamento de modo a dar mais direitos à oposição”.

“Sou também o primeiro-ministro do Governo mais fiscalizado de sempre pela Assembleia da Repu-

blica”, enfatizou.

Nesta intervenção, José Sócrates desmentiu ainda a tese de que as “Novas Fronteiras” fossem uma tática eleitoral.

Elas “foram e são um movimento político duradouro, um espaço de diálogo, de avaliação e de discussão dos caminhos do futuro entre o PS e um conjunto vasto de personalidades e independentes”, assegurou, reconhecendo, ao finalizar, que “temos muito trabalho pela frente”.

Avaliação muito positiva

A seguir à intervenção do secretário-geral do PS discursou o professor de Direito de Coimbra e coordenador do fórum, Gomes Canotilho, que, após debruçar-se sobre as marcas de modernidade da governação socialista (que vão do Plano Tecnológico às energias renováveis, à introdução do Inglês no primeiro ciclo, à lei da paridade, ao Simplex e à despenalização do aborto), atribuiu notas de “excelentes” e “altamente meritórias”, saudando ainda a “bondade intrínseca” das medidas tomadas nos últimos três anos.

Por sua vez, e a encerrar a sessão, o constitucionalista Vital Moreira considerou que Portugal será um país moderno quando for capaz de “atingir ou ultrapassar os principais indicadores de desenvolvimento europeu”.

Para quem há ainda muito a investir em educação cívica no país, “em poucos períodos da nossa história se realizou tanto na modernização, em tantas áreas e em tão pouco tempo”.

É por isso que, conforme sublinhou, o Governo chefiado por José Sócrates será recordado como aquele que definiu “um marco de modernização em Portugal”.

De referir que esta sessão das “Novas Fronteiras” contou ainda com a participação de 15 convidados que deram o seu testemunho e avaliação pessoais às marcas da governação socialista (ver páginas 6 e 7).



FARMÁCIAS

- 629 pontos de venda de medicamentos sem receita médica fora das farmácias
- Liberalização da propriedade
- Alargamento do horário de funcionamento das farmácias em mais cinco horas por semana
- Abertura de concurso para novas farmácias, abertas 24 horas por dia, nos hospitais públicos
- Aumento de 8 para 18 por cento da quota de mercado dos medicamentos genéricos



“Na área da defesa do consumidor a acção governativa tem sido bem sucedida e meritória a vários níveis”

CRISTINA PORTUGAL
Jurista e advogada

PLANO TECNOLÓGICO

- Mais de 100 mil computadores portáteis, com ligação à Internet em banda larga, já entregues aos alunos do 10º ano, aos professores e a formandos do programa “Novas Oportunidades”
- 100 por cento das escolas ligadas à Internet em banda larga
- Subida de Portugal para 3º lugar no ranking europeu de serviços públicos electrónicos
- Mais de 60 por cento dos portugueses entregaram as suas declarações de IRS pela Internet
- 4634 jovens licenciados em tecnologia e gestão colocados em Pequenas e Médias Empresas, através do Programa Inov-Jovem
- “Diário da República” Electrónico, de acesso universal e gratuito
- Balança Tecnológica positiva em 2007. Portugal já exporta mais tecnologia do que aquela que importa



“O ambiente para fazer investigação já não é burocrático. Fizemos progressos enormes para a nossa competitividade”

ANTÓNIO CÂMARA
Professor universitário e presidente da YDreams

CIÊNCIA

- 1 por cento do PIB investido em Ciência com o Orçamento de 2008
- Reposição dos incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento empresarial
- 1000 novos doutorados nas instituições científicas e de Ensino Superior e 7300 novas bolsas para doutoramento e pós-doutoramento
- Reforma dos laboratórios do Estado
- Parcerias com Microsoft, MIT, Austin, Carnegie-Mellon e Instituto Fraunhofer
- Lançamento do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, em Braga
- Duplicação das patentes europeias registadas



“Do lado da ciência o balanço é realmente positivo. Mas, para que tudo o que foi já feito tenha valido a pena é preciso continuar”

CARMO FONSECA
Cientista e professora catedrática

ENERGIAS RENOVÁVEIS

- 40 por cento da electricidade consumida em 2007 a partir de renováveis
- Em 2005 Portugal foi o país da UE que mais cresceu na capacidade de produção de energia eólica. Em 2006 Portugal alcançou o segundo maior crescimento a nível europeu
- Foram lançadas 13 novas centrais de biomassa
- Portugal tem hoje duas das maiores centrais solares do Mundo
- Novo plano para construção de 10 novas barragens e aproveitamento do nosso potencial hídrico



“O Governo está no bom caminho para tornar Portugal um país de verdadeira eficiência energética”

SÁ DA COSTA
Empresário

NOVAS OPORTUNIDADES

- Mais de 350 mil adultos inscreveram-se no Programa Novas Oportunidades para melhorar as suas qualificações
- Mais de 143 mil adultos já certificaram a melhoria das suas qualificações, ao nível do 9º ano e do 12º ano
- Celebrados mais de 500 protocolos com instituições e empresas para qualificar mais de 600 mil trabalhadores
- 430 centros “Novas Oportunidades”, para formação e certificação de competências estarão em funcionamento em 2008
- 2700 cursos profissionais para jovens
- Educação e formação profissional assumidas como prioridade na aplicação de fundos comunitários no âmbito do QREN 2007-2013



“Criou-se finalmente a política adequada. Esta iniciativa, apesar da sua juventude, está a ser um sucesso”

JOÃO CORREIA
Advogado

EMPRÉSTIMOS PARA O ENSINO SUPERIOR

- Criação do novo sistema de empréstimos para estudantes do Ensino Superior, com:
 - Crédito garantido pelo Estado
 - Taxas de juro mais baixas, variáveis em função do desempenho escolar
 - Período de carência de dois anos após a finalização do curso
- Cerca de 2 mil estudantes já beneficiam destes empréstimos para prosseguirem os seus estudos



“O Estado está a dar-nos real e sinceramente uma oportunidade para procurarmos mais e melhor qualificação”

SANDRA SILVA
Licenciada em Línguas e Literatura Moderna e aluna de Mestrado em Relações Internacionais.

SIMPLEX

- 44 mil empresas foram criadas em Portugal no modelo Empresa na Hora, com um tempo médio de criação de 49 minutos
- Foram eliminadas escrituras, certidões negativas de dívidas e livros de escrituração mercantil
- 3.800.000 documentos único automóvel foram emitidos em substituição dos antigos livrete e título de registo de propriedade
- Em 2007, 2.250.000 selos do carro já foram adquiridos pela Internet
- Foram criadas as novas Lojas do Cidadão de 2ª geração e os novos balcões integrados Casa Pronta, Perdi a Carteira, e Sucessão e Heranças
- 22 mil bebés já puderam ser registados nas próprias maternidades
- A nova Informação Empresarial Simplificada pela internet permitiu a 360.000 empresas, num único momento, eliminar mais de um milhão de declarações em papel que antes se dirigiam a quatro instituições, em modelos diferentes (INE, Banco de Portugal, Finanças e Segurança Social)



“Este Governo não se resignou às velhas incompatibilidades com as exigências da modernidade. Não desistiu e foi o primeiro”

RUI MOREIRA
Empresário

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

- 65 mil pensionistas já recebem o Complemento Solidário para Idosos, elevando os seus rendimentos acima do limiar da pobreza
- O valor do Complemento foi aumentado em 10,6 por cento, para 400 euros
- Desde 2008, um ano antes do previsto, abrange todos os cidadãos com 65 e mais anos cujo rendimento global seja inferior a 400 euros
- Os beneficiários do CSI têm acesso a benefícios adicionais de saúde, na aquisição de medicamentos, óculos, lentes, próteses dentárias



“Trata-se de uma medida criativa que introduz novos princípios e que deve ser uma marca que perdure”

PEDRO ADÃO E SILVA
Sociólogo e investigador universitário

APOIO ÀS FAMÍLIAS

- 50 mil grávidas já estão a receber o novo abono pré-natal
- 120 mil crianças beneficiam já de majoração do abono de família, com duplicação e triplicação do abono para o segundo e terceiro filhos
- Foi duplicada a dedução fiscal em IRS para famílias com filhos até três anos
- As famílias monoparentais beneficiam agora de um apoio reforçado de mais 20 por cento no abono de família
- O SNS passou a apoiar financeiramente a procriação medicamente assistida
- O Programa PARES já permitiu aprovar 14.577 novos lugares em creches
- 15.631 novos lugares em equipamentos para idosos e 1153 novos lugares para pessoas com deficiência



“Programas como o PARES estão a ser bem dirigidos porque vão ao encontro das necessidades básicas daqueles que mais precisam”

ANÁLIA TORRES
Socióloga e professora universitária

UNIDADES DE SAÚDE FAMILIAR

- Já estão em funcionamento 106 Unidades de Saúde Familiar (USF), um novo modelo de cuidados primários de saúde, com maior proximidade, maior autonomia e maior flexibilidade
- 1.300.000 utentes abrangidos pelas novas USF
- Mais 154 mil portugueses têm acesso a médico de família graças às USF



“Este é um projecto corajoso e inovador que pretendeu e está a conseguir mudar o sistema de saúde”

ANTÓNIO RENDAS
Médico e reitor da Universidade Nova de Lisboa

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

- Foi realizado o referendo, com a vitória do Sim
- Foi descriminalizada a Interrupção Voluntária da Gravidez até às dez semanas
- Nos primeiros dez meses de aplicação da nova Lei, mais de 6 mil IVG foram realizadas em condições de dignidade e segurança, em estabelecimentos legalmente autorizados
- 70 por cento das IVG foram realizadas em estabelecimentos públicos
- Graças às consultas especializadas e ao período de reflexão, em seis meses 180 mulheres desistiram da IVG e decidiram prosseguir a gravidez



“Esta é, sem margem para qualquer dúvida, uma medida de esquerda moderna, social e europeia”

HELENA ANDRÉ
Secretária-geral adjunta da Confederação Europeia de Sindicatos

LEI DA PARIDADE

- Com a nova Lei da Paridade, no Parlamento e nos órgãos autárquicos é garantida uma maior participação das mulheres na vida política
- Já hoje o Grupo Parlamentar do PS cumpre a regra de paridade e conta com 47 mulheres. Os restantes cinco partidos juntos têm apenas 12



“Esta lei foi um passo importante no aprofundamento da nossa democracia, ajudando a combater a visão falocrática da nossa sociedade”

JÚLIO MACHADO VAZ
Médico universitário e psiquiatra

TRATADO DE LISBOA

- A presidência portuguesa da União Europeia conseguiu obter o acordo político para o novo Tratado de Lisboa
- O Tratado de Lisboa ultrapassa o impasse institucional na Europa e deixa a União Europeia mais forte e mais preparada para os desafios do futuro
- O novo Tratado Europeu tem o nome de Lisboa



“Estar na Europa, em todos os sectores, não é um capricho político, mas uma necessidade imperativa”

JOÃO LOBO ANTUNES
Neurocirurgião e professor catedrático

LEI DA NACIONALIDADE

- A nova Lei da Nacionalidade, mais justa e responsável, combate a exclusão e promove a coesão social, valorizando o nascimento em território português
- Com a nova lei, 16.205 pessoas já conseguiram ter acesso à nacionalidade portuguesa e aos respectivos direitos de cidadania



“A Lei da Nacionalidade constitui uma mensagem de confiança nas pessoas e de partilha do orgulho de sermos portugueses”

ANTÓNIO VITORINO
Coordenador do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras

INGLÊS NO ENSINO BÁSICO

- Crianças do 1º ciclo aprendem inglês
- 99 por cento das escolas já abrangidas



“Esta medida merece aplauso e é exemplo de uma necessária valorização da cultura escolar e da consolidação da escola primária”

ANTÓNIO NÓVOA
Professor catedrático e reitor da Universidade de Lisboa



“Estamos a fazer uma revolu

GUILHERME PINTO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE MATOSINHOS

Em Matosinhos, fazemos a diferença ao valorizar as pessoas, participando os nossos projectos com os cidadãos, dando maior transparência à gestão, afirma Guilherme Pinto, presidente da Câmara de Matosinhos, em entrevista ao “Acção Socialista” onde sublinha a aposta na educação, traduzida nomeadamente no projecto de promoção do sucesso escolar, que é “único no país” e de um investimento nesta área de 25 milhões de euros nos próximos anos.

J.C. CASTELO BRANCO

Que mais-valias trouxe a sua liderança na Câmara de Matosinhos?

Aprendi, ao longo dos anos, que só ouvindo os cidadãos é possível compreender os seus problemas, anseios e sugestões. Perceber como melhorar o dia a dia da população constitui a minha principal preocupação como autarca.

Em Matosinhos, fazemos a diferença, simplificando a vida às pessoas, ao prestar especial atenção às questões do ambiente, da mobilidade, da requalificação urbana, do acolhimento ao cidadão, transformando Matosinhos num concelho mais agradável e acolhedor.

Fazemos a diferença ao valorizar as pessoas, aumentando a qualificação da população trabalhadora, aproveitando o elevado capital humano que o concelho possui, conquistando novos espaços de ensino superior, atraindo as instituições de Investigação e Desenvolvimento (I&D), promovendo a produção e utilização das energias renováveis, formando cidadãos exigentes.

Fazemos a diferença estando perto das pessoas, aumentando a capacidade de criação de emprego, otimizando a intervenção da rede social, ampliando a cobertura de serviços de apoio à família, em suma, estimulando a participação sénior na vida da comunidade.

Fazemos a diferença, mobilizando as pessoas. A opinião dos cidadãos não só conta como é essencial.

Por último, fazemos a diferença dando maior transparência à gestão, nomeadamente do urbanismo, procurando através do recurso às novas tecnologias, informar os cidadãos dos planos e das decisões da Câmara.

Em resumo, partilhar os nossos projectos com os cidadãos, através duma ampla participação, quer no interior do partido quer na sociedade, fazendo com que os nossos compromissos coincidam com a vontade dos cidadãos e com as principais necessidades de Matosinhos.

Quais foram até ao momento as prioridades do município?

Estamos a fazer uma revolução profunda na educação e, porque

entendemos que tudo tem de ser participado, constituímos o Conselho Municipal da Educação. Nesta área, temos neste momento, já em execução, o programa de promoção de sucesso escolar que é único no país.

O ambiente é também uma das nossas prioridades, particularmente promovendo uma revolução na requalificação da orla costeira, dando prioridade ao tratamento do espaço público, construindo novas praças.

Aprofundamos a marca social de Matosinhos, apoiando a beneficiação ou construção de equipamentos de acordo com o diagnóstico social, estimulando a participação dos mais idosos, como, por exemplo, a criação da Universidade Sénior e implementado o atendimento integrado que tem sido disseminado por todo o país.

Não descuramos as questões relacionadas com o desenvolvimento económico, procurando que os principais agentes da comunidade matosinhense – Porto de Leixões, Petrogal e AEP – tenham conosco uma relação distendida e haja entre nós uma comunhão de objectivos e dinamizamos a criação de zonas empresariais. Fazer com que Matosinhos tenha uma palavra muito importante na região económica onde se insere através do movimento e investimentos que estamos a dinamizar.

Mas as nossas prioridades têm muito a ver, também, com a condição de voltar a constituir uma ligação de Matosinhos ao Mar.

Finalmente, em matéria de cultura, aprofundamos aquilo que já era uma marca tradicional de Matosinhos, através de um conjunto de iniciativas que definitivamente tenham um contributo na AMP e no país.

Qual o principal problema que identifica no concelho e de que forma tem o município actuado para o minorar?

O principal problema, que já está identificado, tem a ver com o sentimento de insegurança da população. Apesar de Matosinhos ser um concelho seguro em que, nos últimos anos, tem vindo a decrescer o índice de criminalidade, existe ainda um forte sentimento de in-



“Revolução profunda na educação”

segurança por parte da população. Um dos maiores problemas que estamos a enfrentar é fazer coincidir a efectiva segurança que o concelho tem com esse sentimento que hoje está muito longe de corresponder à realidade de Matosinhos.

Para isso, tem sido muito importante o diálogo com o Ministério da Administração Interna e as medidas que, em conjunto, se tomaram, particularmente as alterações profundas no âmbito da remodelação das forças de segurança e que vão permitir devolver à comunidade matosinhense a sensação de segurança que estava em declínio

Um outro problema complicado, e que também está identificado, é na área da saúde. Para o debelar existe já um acordo entre a Câmara e a Unidade Local de Saúde para que possamos beneficiar directa-

mente oito freguesias onde vão ser substancialmente melhorados os cuidados de saúde.

“O Governo tem tido relativamente a Matosinhos uma postura de profundo diálogo e acompanhamento das principais preocupações da autarquia”

“Aprendi, ao longo dos anos, que só ouvindo os cidadãos é possível compreender os seus problemas, anseios e sugestões”

mente oito freguesias onde vão ser substancialmente melhorados os cuidados de saúde.

De que forma se tem traduzido a aposta na educação?

A aposta na educação tem sido traduzida, primeiro, numa procura da participação dos cidadãos e dos agentes. Depois no estabelecimento duma estratégia de rigor através da Carta Educativa e na definição da educação como investimento essencial da autarquia - vamos investir 25 milhões de euros nos próximos anos. Esta medida permitiu, para já, reduzir para 1/3 as turmas em desdobramentos, duplicar o apoio da comunidade e da Câmara em matéria de refeições escolares e de apoio social escolar e aumentar substancialmente o número de equipamentos escolares - só neste ano lectivo vamos inaugurar três escolas.

Mas a principal revolução foi a implementação, em todo o concelho, da Escola a tempo inteiro, e

que passou pela contratação de 150 profissionais na área da educação

Ainda na área da educação, o que é o projecto-piloto de “Promoção do sucesso escolar” lançado pela autarquia?

O projecto de promoção escolar é um projecto-piloto que a Câmara desenvolveu - experimentalmente numa freguesia e, mais tarde, alargado a outra, que permite detectar nos alunos do 5º ano do pré-primário crianças que têm dificuldades de aprendizagem, que se traduzem na má utilização da linguagem. O projecto indicou-nos que, com um programa específico de apoio a esses alunos, cerca de 50 por cento, que foram objecto do programa, integraram o ensino básico com a classificação de bom e muito bom.

Nós estamos, agora, a procurar

estender este projecto-piloto à aprendizagem da matemática. De qualquer forma, já estendemos desde 1 de Fevereiro a todo o concelho, este projecto-piloto, uma vez que os resultados são de facto entusiasmantes.

O Plano de Actividades da Câmara para 2008 pretende percorrer novos caminhos no apoio aos idosos. Que novos caminhos são esses? Que iniciativas têm sido levadas a cabo para combater a pobreza e exclusão social no concelho?

Atendendo ao envelhecimento rápido da população nós temos a consciência que, por muita capacidade que tenhamos de corresponder à necessidade de institucionalização de alguns idosos, haverá sempre uma evolução mais rápida do que a capacidade de resposta em termos de construção.

Por outro lado, a institucionalização não é a única nem a melhor

resposta. Por isso, criámos um conjunto de medidas que permitem aumentar o conforto dos idosos em suas casas com o apoio em termos de refeições, higiene, mas também em pequenas obras; o apoio naquilo que respeita ao isolamento, através do projecto de voluntariado e ainda o acompanhamento especial dos idosos em circunstâncias determinadas, quer para fazer “prova de vida” quer para situações em que o idoso tenha eventualmente receio de praticar determinados actos isolados.

Estamos a procurar desenvolver uma política que permita o acompanhamento do idoso e que se traduz, em geral, no aumento do conforto e melhoria nas suas próprias casas e em que esse conforto passe, nalguns casos, por investimentos junto dos escalões de rendimento mais baixo,

Matosinhos tem uma preocupação essencial com a oferta de emprego, e temos a convicção de que seremos capazes de responder às necessidades da população activa. Verificamos, por exemplo, que o desemprego, segundo dados oficiais do INE desceu 30 por cento em Matosinhos - de 10 mil para 7200.

Nesta área, criamos a loja do emprego, apoiamos a inserção na vida activa e fomentamos o programa «novas oportunidades» e a rede de atendimento integrado junto das pessoas.

Como pensa o município aproveitar os fundos comunitários no âmbito do QREN?

Nós temos um conjunto de projectos ambiciosos para o QREN, mas que esses projectos sejam uma oportunidade para que Matosinhos possa contribuir para uma AMP forte. Por isso, os projectos mais ambiciosos que temos são aqueles que têm dimensão supramunicipal.

Mas temos também na Câmara Municipal de Matosinhos um conjunto vasto de projectos que visam responder a algumas deficiências encontradas, nomeadamente, em matéria de educação. Aqui, temos a expectativa dos apoios comunitários para a revolução que estamos a empreender. De todo o modo, no âmbito do QREN temos um projecto de revolução da orla costeira. E para a requalificação urbana existem perspectivas de intervir em alguns dos nossos bairros sociais integrando-os na malha urbana e na regeneração urbana nalguns pontos do concelho.

Como avalia a acção do Governo no que respeita a Matosinhos?

O Governo tem tido relativamente a Matosinhos uma postura de profundo diálogo e acompanhamento das principais preocupações da autarquia. O excelente diálogo com todos os ministérios, designadamente da Educação, Saúde, Solidariedade Social, Justiça e Administração Interna. Enfim, há alguns problemas para resolver, há algumas expectativas que Matosinhos tem relativamente á actuação do Governo mas, em geral, a expectativa que Matosinhos possui é que, dos problemas que vão sendo enunciados, todos eles possam ter uma solução rápida.

A principal dificuldade tem a ver com obras públicas, nomeadamente o alargamento da A28, entre os nós de Francos e da AEP. Mas aí a responsabilidade de ainda não se ter cumprido o objectivo de colocar em marcha a obra, tem menos a ver com o Governo e muito mais com as opções da Câmara Municipal do Porto, que entendeu alterar o projecto e, com isso, retardar a obra que já deveria estar em curso

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

A Lei das Finanças Locais, depois do profundo período de discussão, deixou de ser comentada o que é um excelente sinal. A minha principal preocupação é que as autarquias sejam, ou não, capazes de resistir à argumentação demagógica e de algum facilitismo de poderem libertar meios que são essenciais, nomeadamente o IMI e o IRS - sem perceberem claramente se a estrutura financeira das suas autarquias permite fazer nessa matéria alterações.

Mas aí é evidente que como adepto claro da descentralização, entendo que essa decisão não é possível sem uma clara responsabilização dos agentes que estão no terreno.

As minhas preocupações, nessa matéria, são boas preocupações, porque são sinais de responsabilidade para as autarquias.

“O PS tem vindo a criar novos direitos e a ampliar as liberdades”

Concluir o processo legislativo da extensão da licença de paternidade para dez dias úteis e concretização da proposta da lei dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, evitando o fim da vida profissional do trabalhador, prevendo mecanismos de reinserção e requalificação profissional, foram duas iniciativas anunciadas por Alberto Martins.

O líder da bancada do PS, na abertura das Jornadas Parlamentares que decorreram de 25 a 27 de Fevereiro na Guarda, dedicada à temática das políticas sociais, incentivou o Governo a não baixar os braços e a levar em frente até ao fim as reformas que tem vindo a realizar, lembrando que o Partido Socialista não pode “desperdiçar o mandato dado pelos portugueses”

ALBERTO Martins começou por analisar a participação do Grupo Parlamentar do PS desde o início da actual legislatura, fazendo um balanço muito positivo da sua actividade, referindo que ela se pautou por uma actuação forte, diversificada e coesa, quer a nível individual, como colectivo.

Até hoje, recordou, o Grupo Parlamentar do PS foi responsável pela aprovação de 181 leis da República, sendo que 26 por cento foram-no por unanimidade e apenas 16 por cento com os votos exclusivos da bancada socialista.

Para se ter uma ideia clara da forma plural e democrática como os socialistas têm vindo a interagir com os restantes partidos políticos com representação parlamentar, sublinhou Alberto Martins, em três anos de Governo maioritário do PS, as oposições contribuíram para a viabilização de 84 por cento das leis aprovadas, facto que em sua opinião demonstra que o Governo e a bancada do PS, “apesar de prosseguirem a concretização da sua agenda reformista”, tal como foi prometido ao eleitorado, “têm vindo a governar de forma plural, participada e responsável”, desmentido assim “a tese do pretenso poder absoluto da maioria”.

Depois de lembrar que é o Grupo Parlamentar socialista aquele que acolhe o maior número de mulheres, (quatro em cada cinco deputadas em exercício de funções são socialistas), Alberto Martins considerou, porém, que este ainda não é o cenário ideal, razão porque o PS, como garantia, tomará a iniciativa de apresentar na próxima legislatura uma nova Lei da Paridade, expediente que fará “com que pelo menos um terço dos deputados sejam mulheres”. Para o líder da bancada parlamentar do PS, esta é sem dúvida “mais uma marca socialista”.

Defendendo que o PS é o único capaz de casar o rigor e a disciplina das contas públicas com uma nova geração de políticas sociais e de reformas, nomeadamente, como sublinhou, na Segurança Social, Educação, Saúde e na Justiça, Alberto Martins recordou o percurso de três anos de governação socialista, para afirmar que neste período

foi possível consolidar as contas do Estado em harmonia com o crescimento da economia e do emprego, lançando ainda uma nova geração de políticas sociais, investindo na qualificação dos portugueses, na ciência e no conhecimento, “de forma ambientalmente sustentável” e reformando o Estado Social.

Economia está a crescer

Os resultados da economia estão à vista. Com as contas públicas consolidadas de forma sustentada, o défice de 2007 abaixo dos 3 por cento “um ano antes do previsto”, 77 por cento da redução da dívida e uma assinalável diminuição da despesa, colocaram Portugal, recordou Alberto Martins, “a salvo do procedimento por défice excessivo”.

Para além destes dados positivos, outros há ainda a sublinhar, nomeadamente ao nível do crescimento revisto em alta em 2007 para os 1,9 por cento, “o maior desde 2001”, um crescimento que o líder parlamentar considera “saudável” porque assente nas exportações, com significativa incorporação de novas tecnologias, o que levou à recuperação de quotas e na diversificação de mercados mas ainda no aumento do investimento e no consumo das famílias.

Como reflexo deste ambiente económico muito positivo, acentuou o líder parlamentar do PS, “foi possível criar até agora 94 mil novos postos de trabalho líquidos”.

O sector da educação e qualificação também conheceu importantes avanços, com os professores agora a serem colocados por três anos em escolas a tempo inteiro, com aulas de substituição e inglês no básico. Novos estatutos do aluno e da carreira docente, encerramento das escolas com menos de dez alunos, enquanto no ensino secundário, lembrou ainda Alberto Martins, em dois anos lectivos, o “número de alunos aumentou pela primeira vez em anos”, tendo diminuído o abandono escolar e a retenção. Paralelamente, acrescentou, multiplicaram-se os cursos profissionais que representam hoje 35 por



cento da oferta, e mais 300 mil portugueses tiveram acesso a novas oportunidades de aprendizagem e qualificação.

Também o risco de pobreza em Portugal sofreu uma redução de 20 para 18 por cento em 2006, dados que “nos animam a manter intacta a capacidade de prosseguir a rota definida”.

Os objectivos do Partido Socialista, disse, são há muito transparentes para todos os portugueses: contas públicas consolidadas, crescimento económico, mais e melhor emprego, novas políticas fiscais e sociais, uma Segurança Social pública para todos, a defesa reformista de serviços públicos universais, aposta na qualificação, na ciência e tecnologia e uma agenda de vanguarda nas alterações climáticas e na energia.

A nossa referência matricial, disse Alberto Martins, “é a modernização solidária”, o método é o de sempre na “tradição da esquerda democrática” ou seja, “reformar, encontrar as soluções adequadas que melhor sirvam os valores da justiça social, contribuindo assim para a redução das desigualdades,

ajudando a modernizar o país e a aumentar os níveis de bem-estar social dos portugueses.

O papel do Estado

“O PSD é uma floresta de enganos”, disse Alberto Martins lembrando que é estéril e pouco eficaz tentar procurar hoje uma linha de rumo no pensamento do PSD e no seu líder Luís Filipe Menezes.

A confusão é total, disse. “Por mais que tentemos não conseguimos entender qual o papel, por exemplo, que o PSD quer reservar ao Estado”, disse.

Se num dia surge com a ideia de “desmantelar de vez” o que considera ser o enorme peso que o Estado tem na sociedade portuguesa, no dia seguinte inverte a sua opção de forma contraditória e já garante “que não fechará mais nenhum serviço público durante uma legislatura no interior do país”. O que fica destas proclamações representa para Alberto Martins tão-só e unicamente um “gesto grandiloquente, a obsessão estéril com a tática, o vento a mudar com a maré”.

Também os partidos “à nossa esquerda”, disse, se têm mostrado críticos em relação a muitas das iniciativas do Governo, posição que para Alberto Martins mais não traduz do que uma postura de “imobilismo e situacionismo”.

A alternativa, garante, passa pela sustentação dos serviços públicos e por mais e melhores políticas sociais, escapando assim “às armadilhas tanto do desmantelamento do Estado Social como do imobilismo”.

As nossas opções políticas, acentuou, “refutam as acusações contraditórias entre si de estatismo, vindas de sectores neoliberais, e de demissionismo, vindas de uma esquerda conservadora”. O Estado e o mercado, defendeu ainda Alberto Martins, “têm que se harmonizar sem cedências quer ao fanatismo do mercado quer ao fanatismo do Estado”.

Se há quem não saiba bem que Estado quer, “nós sabemos”, disse o líder da bancada do PS. Perante a era da globalização em que nos encontramos, a nossa opção vai no sentido de um “Estado Social mais moderno, estratega e regulador, que seja mais ágil e descentralizado, amigo dos cidadãos e das empresas”, sempre ao serviço de políticas sociais justas, porque “para nós” sem igualdade de direitos sociais, sem respeito pela sua universalidade, “não há cidadania democrática”.

É por isso que o Partido Socialista “tem vindo a criar novos direitos, a ampliar as liberdades e a reforçar as garantias dos cidadãos”.

As reformas, disse, irão até ao fim. As soluções para os desafios que o país enfrenta “não estão em menos políticas sociais, mas em cada vez mais e melhores políticas sociais. É esse o nosso caminho”. R.S.A.

Sócrates partilha com professores aumento do sucesso nas escolas

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Elogios ao esforço dos professores na melhoria do sistema educativo marcaram o discurso do primeiro-ministro, José Sócrates, no encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, onde afirmou que esta será “uma legislatura progressista”, de uma esquerda com os olhos postos no futuro e que do passado “fixa apenas os seus valores de sempre”.

NUMA intervenção dedicada ao balanço dos três anos de governação socialista, onde a educação ocupou lugar de destaque, José Sócrates disse que esta é uma área “estratégica” e “essencial” para que Portugal possa ter sucesso no seu desenvolvimento.

O líder do PS fez questão de atribuir às escolas e aos professores os créditos pelos “bons resultados” já obtidos ao nível do aumento dos alunos nos ensinos básico e secundário nos últimos dois anos. “Pela primeira vez nos últimos dez anos, temos mais alunos” nestes graus de ensino, disse.

“Esta foi talvez a maior vitória da escola pública e dos professores que conseguiram atrair pessoas para as escolas”, acrescentou.

“Apesar da controvérsia, estes são os números e devem-se ao esforço dos professores e da escola pública”, sublinhou.

Além disso, adiantou ainda o primeiro-ministro, nos últimos anos registou-se uma redução do insucesso escolar, também devido ao esforço dos professores e das escolas. “Tenho orgulho na escola pública, é absolutamente essencial”, frisou.

Ainda na área da educação, o primeiro-ministro destacou outras alterações que estão a ser desenvolvidas, nomeadamente ao nível da

avaliação e da gestão das escolas, defendendo um maior envolvimento de pais e autarquias.

“Na gestão das escolas, queremos mudar para que as autarquias e os pais tenham um papel na escola. Queremos abrir a escola”, afirmou, sustentando que os próprios docentes precisam desse maior envolvimento dos pais e dos responsáveis políticos locais.

Segundo Sócrates, o novo modelo de gestão visa também “reforçar a liderança”, de modo a que quem dirige as escolas tenha “poder, mas também responsabilidade e responda pelos resultados”.

Quanto à questão da avaliação dos professores, reiterou a necessidade de “distinguir os melhores e incentivar todos a dar o seu melhor”, porque, frisou, “não há situação mais injusta do que não haver avaliação nenhuma e haver um sistema de progressão automática”, recordando, a propósito, que estão a ser implementados sistemas de avaliação em toda a Administração Pública.

“Temos de conseguir sistemas públicos que produzam resultados e é isso que queremos com a avaliação dos professores”, sublinhou.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro elogiou o programa “Novas Oportunidades”, que abrange já “360 mil portugueses”, que se



inscreveram nesta iniciativa para melhorar as suas qualificações, tirando o 9º ou o 12º ano.

“O Estado está a dar uma segunda oportunidade àqueles que saíram cedo de mais da escola”, disse, salientando que “é preciso deixar uma palavra de estímulo pelo elogio e pelo esforço”.

Sócrates passou depois em revista algumas das medidas desenvolvidas pelo Governo ao longo dos últimos três anos para “ampliar os direitos sociais”, entre as quais a lei da paridade, a criação do complemento solidário para idosos ou a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

“Tenho orgulho no que fizemos nestes três anos”, referiu, apontando como seu objectivo que esta legislatura seja vista como “a legislatura progressista”.

Marcas de modernidade

Na sua intervenção o primeiro-

“Na gestão das escolas, queremos mudar para que as autarquias e os pais tenham um papel na escola”

“Não há método mais injusto do que não haver avaliação”

ministro afirmou que sempre que o PS esteve no poder o país “ficou mais solidário”. Para José Sócrates, a marca de uma governação de esquerda, a ampliação dos direitos sociais, está bem patente nestes três anos.

Neste contexto, elencou as marcas de modernidade introduzidas no país: complemento solidário para idosos, paridade e novos

direitos sociais para as mulheres, lei da interrupção voluntária da gravidez com recurso a referendo, porque, frisou, “respeitamos a democracia”, procriação medicamente assistida, apoio às famílias e incentivo à natalidade, aumento das deduções fiscais para famílias mais numerosas, subsídio social de modernidade, construção de novos equipamentos sociais e aumento do salário mínimo.

Mas a área que mais distingue a governação são as oportunidades dadas às pessoas através do programa “Novas Oportunidades”, que muito tem contribuído para a qualificação dos portugueses.

A concluir a sua intervenção, Sócrates foi afirmativo e contundente: “Nós não viemos para que a vida nos corresse melhor, viemos para resolver os problemas das pessoas”.

Mensagem de Alegre

Ainda antes da intervenção de José Sócrates, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, leu uma curta mensagem enviada pelo deputado Manuel Alegre, que esteve ausente nas Jornadas Parlamentares socialistas por motivos de saúde.

Na missiva, Manuel Alegre recorda três diplomas – a lei da paridade, a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e a procriação medicamente assistida – como importantes contributos deixados pelo Governo socialista.

Manuel Alegre defendeu ainda que o papel do Grupo Parlamentar do PS deve ser “apoiar o que deve ser apoiado, criticar o que deve ser criticado, corrigir o que deve ser corrigido”.

Agenda social do Governo remonta ao início da legislatura

RESPONDER a três acusações ou “distorções da realidade” constituiu o cerne da intervenção de Pedro Silva Pereira no encerramento dos trabalhos do segundo dia das Jornadas.

A primeira dessas distorções, segundo o ministro da Presidência, é a de que o Executivo teria governado “subordinado a uma obsessão pelo défice”, em contradição com o que tinha criticado enquanto estava na oposição aos governos do PSD/CDS-PP. De acordo com Pedro Silva Pereira, “aquilo que o PS criticou não foi a preocupação com as contas públicas” mas sim o facto de o combate ao défice na altura ter sido feito “de costas voltadas para a economia e para as pessoas”. Segundo este dirigente, o Governo do PS enfrentou o problema do défice “como medidas estruturais, associando-o a um conjunto de reformas”, dando como exemplo a simplificação dos procedimentos administrativos. Tendo a este propósito salientado que “não virámos as costas à economia, puxámos pelas exportações, dinamizámos a recuperação do investimento, apostámos no



plano tecnológico, na educação e na formação profissional”.

A segunda distorção a que Pedro Silva Pereira se referiu respeita à alegação de que a agenda do Governo do PS teria semelhanças com a que “a direita não fez, não conseguiu ou não soube fazer”. “Nada mais falso”, afirmou o ministro, pois o actual Governo tem uma visão completamente distinta, que se revela, desde logo, na reforma da segurança social. Aqui aproveitou para criticar a “pul-

são liberal-populista do PSD”, dando como exemplos as recentes afirmações de Luís Filipe Menezes ao dizer que vai desmantelar o Estado e que não encerrará nenhum serviço público. Para o ministro da Presidência, o PS tem uma visão absolutamente diferente das funções do Estado, que se revelam na forma como encara o papel das políticas públicas para a promoção da igualdade de oportunidades ou no modo como entende a defesa do consumidor e a segurança alimentar, tendo ainda recordado o investimento que tem sido feito na educação e na formação profissional e no desejo de ter uma administração pública que preste melhores serviços às pessoas e às empresas.

“A nossa agenda é muito diferente da que a direita executou ou alguma vez implementaria”, sublinhou, antes de avançar para a terceira distorção: a de que o PS teria despertado agora para as políticas sociais. O ministro da Presidência recordou de seguida algumas das mais marcantes dessas políticas: o lançamento do programa PARES, que vai agora para a terceira fase e que se consubstancia em

investimentos concretos em equipamentos sociais em lares e creches; o complemento solidário para idosos; as políticas de apoio às famílias e à natalidade; a extensão dessas políticas às famílias monoparentais. Neste ponto, Pedro Silva Pereira venceu bem a ideia de que “a governação do PS teve desde o início uma agenda muito diversificada”, como revela o facto de se ter obtido logo no início da legislatura o acordo em sede de concertação social e se ter procedido ao aumento do salário mínimo nacional.

A concluir a sua intervenção, o ministro da Presidência referiu-se à imigração onde “a agenda de políticas sociais foi muito ousada e ambiciosa”. A lei da nacionalidade, a lei da imigração, o acesso dos imigrantes aos direitos sociais e o acolhimento e apoio social foram os pontos que destacou, para finalizar dizendo que a “prioridade número um é dar igualdade de oportunidades também para os imigrantes”. Neste âmbito, recordou que foi recentemente aprovado em Conselho de Ministros um Plano de Integração de Imigrantes que contempla 122 medidas.

Santos Silva apela ao PSD para que honre compromissos



O MINISTRO dos Assuntos Parlamentares renovou o apelo público ao PSD para que cumpra a palavra dada e não rasgue os acordos que assinou livremente, designadamente a proposta do novo mapa judiciário.

“É um apelo público que renovo, para que os partidos honrem os compromissos vertidos nos acordos. Apelo ao PSD para que não desdiga o que já disse, não falte à palavra dada, não rasgue os acordos que livremente assinou”, afirmou Augusto Santos Silva.

Ao intervir na abertura dos trabalhos do segundo dia das Jornadas Parlamentares do PS, Santos Silva recordou, a propósito deste apelo, recentes declarações do presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, que considerou ser “demasiado grave” o PSD não honrar os seus compromissos.

“Penso que o bom senso acabará por imperar”, disse, fazendo votos para que a reforma da Justiça, que foi alvo de um pacto entre o PS e o PSD, termine “num espírito de acordo”.

No entanto, sublinhou que qualquer que seja o desfecho do acordo,

o Governo e a maioria socialista vão cumprir a reforma do mapa judiciário.

Numa intervenção pautada por fortes críticas à postura da nova direcção do PSD, Augusto Santos Silva exortou ainda a oposição a “ir ao debate político” e a apresentar as suas próprias ideias e iniciativas, salientando que a tarefa de “uma oposição credível” não é apenas fiscalizar o Governo e opor-se às

iniciativas da maioria.

“Apelo para que o debate político se faça segundo propostas, argumentos alternativos e não apenas com uma oposição com vazios de ideias”, disse.

Na sua intervenção, Santos Silva teceu ainda críticas à “esquerda conservadora”, considerando que “a força portadora de progresso são hoje a maioria parlamentar e o Governo, não é a esquerda conservadora”.

Santos Silva recordou, a propósito, os “activos negativos” do PCP em matéria de modernização, nomeadamente os votos contra da bancada comunista na lei da paridade, na proposta de limitação de mandatos de titulares de cargos políticos e a lei que estendeu a protecção no desemprego a todos os trabalhadores da Administração Pública.

Por outro lado, o ministro dos Assuntos Parlamentares disse que o BE tem igualmente no seu registo a abstenção na lei da nacionalidade e o voto contra na lei de protecção dos não fumadores.

“Quando olhamos para a esquerda progressista que aposta nas oportunidades para todos, vemos o PS e a sua maioria”, salientou, considerando que a pergunta que os portugueses terão que fazer a si próprios nos próximos dois anos é se “querem continuar a avançar neste caminho ou voltar para trás”.

Ou seja, explicou, os portugueses terão de escolher entre “quem aposta na responsabilidade e quem só denota irresponsabilidade” e fazer a

demarcação entre “aqueles que prometem e honram os compromissos e aqueles que só sabem andar em ziguezague na vida política”.

O ministro dos Assuntos Parlamentares explanou a sua intervenção em 11 pontos que sintetizam, na sua opinião, as reformas centrais já feitas pelo Governo.

A primeira delas respeita à consolidação das contas públicas, a segunda à reforma da Segurança Social a que se segue a reforma da Administração Pública.

Em quarto lugar, apresentou a reestruturação da Administração Central do Estado, tendo colocado na quinta posição a modernização e simplificação da Administração Pública. Neste seu balanço, a reforma dos regimes de licenciamento e redução dos custos administrativos de contexto, surge em sexto lugar, elencando para a sétima posição a reforma da saúde, formação e educação. Ensino superior e reforma do Parlamento ocupam as restantes posições do muito trabalho que o Governo já realizou ao longo da presente legislatura.

Reforma para humanização da Saúde vai prosseguir

NO SEGUNDO dia de trabalhos das Jornadas Parlamentares do GP/PS realizadas na Guarda, a ministra da Saúde, Ana Jorge, defendeu que o êxito da reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS) assenta, fundamentalmente, no envolvimento dos profissionais do sector no processo de mudança, onde se perfilam como os principais agentes.

Perante os deputados do PS, Ana Jorge considerou essencial estabelecer uma comunicação interna eficaz e eficiente para o desenvolvimento das reformas.

“Os médicos têm de estar convictos no processo”, disse a governante, para quem o SNS precisa de ter e de evidenciar condições para captar e reter “os melhores entre os melhores”.

“O sector da Saúde é um *puzzle* no qual todas as peças têm de estar bem articuladas”, sustentou, dando força à ideia da crucialidade do diálogo.

Depois de deixar claro que dará a necessária continuidade às reformas encetadas pelo seu antecessor Correia de Campos, a ministra da Saúde disse ser igualmente fundamental explicar melhor às pessoas as medidas que o Governo pretende aplicar ao sector.

“As populações precisam de compreender que as mudanças procuram dar uma resposta mais próxima e mais humana”, disse, frisando de seguida: “Queremos serviços de cada vez melhor qualidade e adaptados à realidade”.

No seu discurso, fez também um balanço positivo dos três anos de governação no sector, com Correia de Campos na tutela da Saúde, apresentando gráficos e quadros com dados assinaláveis como o aumento registado na venda de medicamentos genéricos entre 2004 e 2007, de 8 para 18 por cento.

Quanto às mudanças que ainda estão em



curso, Ana Jorge renovou a aposta na prossecução das mesmas, referindo-se em concreto à reforma dos cuidados primários, dos cuidados continuados e da rede hospitalar.

O rigor na gestão, os recursos humanos e o medicamento são, ainda segundo Ana Jorge, áreas onde as reformas vão prosseguir.

Entretanto e à margem das Jornadas Parlamentares, a ministra da Saúde reiterou perante a Imprensa a sua determinação de ter em marcha, para Março do próximo ano, as obras de ampliação e renovação do hospital distrital da Guarda.

Numa visita ao Hospital Sousa Martins, a governante assegurou que tudo fará para cumprir os prazos anteriormente estabelecidos e o que fora prometido.

Recorde-se que serão investidos 55 milhões de euros para requalificar este equipamento hospitalar centenário, que sofrerá também uma ampliação para o dobro da sua área actual.

Desta verba, 12 milhões serão destinados à aquisição de novos equipamentos. M.R.

Políticas sociais do Governo reforçam o crescimento do Estado Social

HÁ HOJE em Portugal melhores condições para a consolidação e crescimento do Estado Social, defendeu Vieira da Silva, nas jornadas parlamentares socialistas realizadas na Guarda.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social refutou assim as críticas que à esquerda do PS acusam o Governo de não ter sensibilidade social, lembrando que as reformas sociais levadas a efeito pelo PS são as únicas possíveis se “quisermos manter o Estado Social”.

Tem havido crescimento da dimensão social do Estado, num quadro de consolidação das contas públicas. Outro resultado não seria aliás possível se “quisermos manter, como desejamos, um Estado Social forte e justo”, disse o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Na opinião de Vieira da Silva, o Governo tem ainda pela frente uma dura batalha de forma a contornar eficazmente alguns níveis de pobreza assinalados no país.

De facto, e perante a comparação dos índices registados em Portugal em relação à média da União Europeia, o ministro Vieira da Silva lembrou, contudo, que, apesar de “haver um longo caminho a percorrer no combate à pobreza”, o esforço que o Governo tem vindo a desenvolver, no sentido de uma aposta séria em áreas tão significativas como as prestações sociais, terá a médio prazo um “impacto decisivo na diminuição do risco de pobreza”.

E isto porque, garantiu, as políticas sociais que estão no terreno revestem-se de uma segurança absoluta, porque são “sustentáveis e desenvolvidas na perspectiva de um Estado Social sólido e apoiadas num quadro de consolidação das contas



públicas”, refutando assim, como salientou, as críticas e as acusações de falta de sensibilidade social vindas das oposições.

Numa análise mais pormenorizada, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social referiu que as assimetrias salariais ainda existentes no país só poderão ser combatidas e minimizadas através de uma maior qualificação dos recursos humanos, “formando trabalhadores cada vez mais qualificados” e aptos a desenvolverem tarefas mais exigentes.

As reformas de carácter social que o Executivo liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates tem vindo a implementar são, para Vieira da Silva “progressistas, de esquerda e aquelas que o PS tinha absoluta obrigação de fazer”.

Em sua opinião, o Governo mais não tem procurado do que adequar as suas políticas de carácter social harmonizando-as com a necessidade da consolidação das contas públicas, tarefa que, como sublinhou, está a ser conseguida e com assinalável êxito. R.S.A.

CONCLUSÕES DAS JORNADAS PARLAMENTARES DO GP/PS SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS

DURANTE os dias 25, 26 e 27 de Fevereiro de 2008, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista realizou na Guarda, as Jornadas Parlamentares sobre “Políticas Sociais”, que contaram com a participação do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, da ministra da Saúde, Ana Jorge, do ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, e do eurodeputado Joel Hasse Ferreira.

A realização destas Jornadas Parlamentares permitiu ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista fazer um balanço da acção governativa dos últimos três anos no domínio das políticas sociais e uma profunda reflexão em torno dessas políticas e do seu impacto na vida dos cidadãos.

Entre as principais conclusões dos trabalhos, apresentadas pela deputada Rita Miguel, destacam-se as seguintes:

1. O Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista têm vindo a concretizar uma intensa agenda reformista na área social, cumprindo os compromissos que o Partido Socialista assumiu com os portugueses.
2. O cumprimento desta agenda reformista tem sido prosseguido de forma plural, responsável e participada. A atestá-lo, estão os cinco acordos de concertação social celebrados entre o Governo e os parceiros sociais, e a viabilização no Parlamento pelas oposições de 84 por cento das leis aprovadas.
3. O Partido Socialista demonstrou que é o único partido capaz de conjugar a necessária disciplina orçamental, com uma nova geração de políticas sociais e de reformas, designadamente no âmbito da segurança social, da administração pública, da educação, da saúde e da justiça.
4. Os partidos da oposição, em particular o PSD e o CDS-PP, têm demonstrado uma total ausência de ideias, de medidas e de propostas também no domínio do social, defendendo um esvaziamento do papel do Estado em áreas prioritárias para os cidadãos, como seja a da segurança social, saúde e administração pública.
5. Do balanço que fizemos dos três anos de governação o Partido Socialista constata-se que foi possível:
 - i) Consolidar as contas públicas, apresentando em 2007 um défice abaixo dos 3 por cento;
 - ii) Relançar a economia, garantindo em 2007 um crescimento que, embora moderado, é o maior desde 2002;
 - iii) Reformar a Saúde fortalecendo o SNS, designadamente com o aumento da resposta em consultas e intervenções cirúrgicas, diminuição dos tempos médios de espera, criação de 108 Unidades de Saúde Familiar e garantia a mais 155.038 utentes do médico de família.
 - iv) Reformar a Administração Pública, através do PRACE, do novo regime de mobilidade e da recente lei sobre vínculos, carreiras e remunerações contribuindo para uma Administração Pública mais eficaz e eficiente.
 - v) Reformar o sistema público de segurança social, garantindo a sua sustentabilidade financeira, económica e social, a par da convergência dos sistemas de protecção social;
 - vi) Reduzir os riscos de pobreza de 20 por cento em 2004 para 18 por cento em 2006;
 - vii) Assegurar a criação líquida de 94 mil empregos;
 - viii) Combater o défice de qualificações, permitindo a mais de 300 mil portugueses o acesso a novas oportunidades de aprendizagem e qualificação;
 - ix) Relançar a contratação colectiva após a estagnação resultante da aprovação do Código do Trabalho em 2003;
 - x) Lançar uma nova política de imigração assente

na adopção de mecanismos de efectiva integração;

- xi) Lançar uma nova geração de políticas sociais, afirmando os princípios da solidariedade, da igualdade e da justiça social.
6. No plano das políticas sociais e do reforço do Estado Social, realça-se, por um lado, a reforma da segurança social que assegurou a sua sustentabilidade financeira, económica e social e, por outro lado, as medidas de protecção dos cidadãos e das famílias, designadamente:
- i) o reforço do rendimento social de inserção;
 - ii) o complemento solidário para idosos, (medida de combate à pobreza dos cidadãos idosos, que abrange 65 mil idosos e cujo valor foi recentemente aumentado para os 400 euros);
 - iii) o subsídio de desemprego dos trabalhadores da Administração Pública;
 - iv) o alargamento da rede de equipamentos sociais (PARES) destinados ao apoio à infância e terceira idade;
 - v) o abono pré-natal, reforçando o apoio à maternidade;
 - vi) o reforço das medidas fiscais para famílias com filhos até aos três anos;
 - vii) o reforço do abono de família para famílias monoparentais;
 - viii) o subsídio social de maternidade para mães sem carreira contributiva;
 - ix) o aumento sustentado do Salário Mínimo Nacional, que atingiu em 2008 os 426 euros, ou seja o maior aumento da última década.
 - x) A consagração de benefícios fiscais para as empresas que construam creches e jardins-de-infância;
 - xi) A consagração de benefícios fiscais para as empresas que se estabeleçam no interior, fomentando a coesão social e territorial.
7. Esta nova geração de políticas sociais, que constituirá, de novo, a marca socialista, contribuiu de forma decisiva para o combate contra a pobreza, a exclusão social, as desigualdades sociais e para a afirmação do Estado Social enquanto pilar estruturante do sistema democrático.
8. A luta contra a pobreza e a exclusão social, bem como a protecção das famílias, em particular das crianças e dos idosos, a par da promoção da igualdade de oportunidades, devem, no entendimento do GP/PS, continuar a constituir uma prioridade central da governação socialista, através de novas políticas e instrumentos e do reforço do sistema de protecção social.
9. Para o GP/PS, o desemprego continua a constituir o maior desafio que o país enfrenta, cuja resposta assenta num maior crescimento económico e no reforço da qualificação dos portugueses. Neste contexto, importa continuar o esforço de qualificação e de formação dos portugueses, mas também o reforço de políticas públicas que contribuam para o investimento privado e, por essa via, para o crescimento da economia e para a criação do emprego.
10. Por outro lado, no quadro da revisão do Código do Trabalho, a ocorrer muito em breve, importa assegurar a compatibilização entre a adaptabilidade e a segurança, mas também aprofundar os direitos sociais dos trabalhadores, designadamente no plano da maternidade/paternidade e da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.
11. O Governo e o GP/PS devem manter o rumo reformista até ao final da legislatura, por forma a modernizar o país, a fortalecer o Estado Social e a cumprir o contrato que firmaram com os portugueses.

Deputados visitam concelhos socialistas do distrito

PARA além do debate em torno das políticas sociais, tema das Jornadas Parlamentares, no primeiro dia dos trabalhos os deputados socialistas dividiram-se em quatro grupos que visitaram os concelhos socialistas do distrito, com o objectivo de conhecerem mais aprofundadamente a realidade local.



Em Vila Nova de Foz Côa foram recebidos na Paços do Concelho, seguindo-se visitas às obras do Museu do Côa e à sede do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Com uma recepção na Câmara Municipal de Seia os deputados do PS iniciaram a visita a este concelho da serra da Estrela, após o que visitaram as obras do Hospital Nossa Senhora da Assunção. O Centro de Interpretação da Serra da Estrela foi outro dos lugares por onde passaram em Seia.

Em Celorico da Beira, os deputados socialistas iniciaram a visita a este concelho com uma recepção na Câmara Municipal ao que se seguiu uma visita à Aldeia Histórica de Linhares da Beira e outra ao Solar do Queijo da Serra da Estrela.

Na capital do distrito, na cidade da Guarda, houve também recepção na recepção na Câmara Municipal e duas vistas: uma às intervenções Polis Guarda e outra à Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial.

Fernando Cabral, deputado do PS e presidente da Federação da Guarda

MEMBRO das Comissões Parlamentares de Educação, Ciência e Cultura e Obras Públicas, Transportes e Comunicações, na actual legislatura, Fernando Cabral é deputado na Assembleia da República desde a IX Legislatura, onde fez parte da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura e presidiu à Subcomissão de Juventude e Desporto.



Actual presidente da Federação da Guarda do PS, Fernando Cabral, professor do ensino secundário de profissão, foi governador civil da Guarda, delegado regional do IPJ na Guarda e membro da Assembleia Municipal da Guarda.

Para além da actividade política, Fernando Cabral teve desde sempre uma intensa actividade cívica e associativa. Entre os cargos exercidos destacam-se o de fundador e presidente da Comissão Instala-

dora da Associação de Professores de Educação Física do Distrito da Guarda, dirigente do Clube de Montanhismo da Guarda, dirigente da Associação de Jogos Tradicionais da Guarda, dirigente da Associação de Desenvolvimento da Raia Norte-Centro-Pró-Raia e presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Futebol da Guarda, entre outros.

Rita Miguel, deputada pela Guarda

A DEPUTADA Rita Manuela Mascarenhas Falcão dos Santos Miguel, de 33 anos, entrou para a bancada socialista na Assembleia da República em substituição de Joaquim Pina Moura.

Nascida na Guarda, é licenciada em Arquitectura pela Universidade Lusíada do Porto, tendo militado activamente, desde os 18 anos, nas estruturas socialistas locais.

Assim, desempenhou cargos nas concelhias e órgãos federativos da JS e mais tarde do PS.

Paralelamente, fez parte da Assembleia Municipal da Guarda até às últimas eleições autárquicas.

Como deputada desta X legislatura,



ra, pertence à Comissão Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento regional, sendo ainda suplente na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Eduardo Brito

Presidente da Câmara Municipal de Seia

EDUARDO Mendes de Brito nasceu a 20 de Junho de 1955, em São Romão, onde reside desde sempre.

Funcionário têxtil de 1965 a 1980. Iniciou-se em 1977 como deputado municipal pelo Partido Socialista. Em 1980 foi eleito vereador na Câmara Municipal de Seia. Em 1992 desempenhou funções de deputado na Assembleia da República, pelo Partido Socialista.

Em 1993 é eleito presidente da Câmara de Seia, cargo que desempenha até hoje. Faz parte do Comité Executivo da Associação Europeia dos Municípios de Montanha. É membro dos órgãos nacionais do Partido Socialista. Presidente da Comissão Política Concelhia de Seia do PS. É presidente dos Bombeiros Voluntários de S. Romão e do Centro Social da Quinta do Monterroso. Frequentou o curso de Direito na Universidade de Coimbra. É gestor de uma empresa familiar na área do Turismo da Natureza.



Como vê a realização destas jornadas no seu distrito?

É um momento muito importante para o distrito da Guarda, pois permite-lhe chamar a atenção para os problemas que enfrenta, nomeadamente a desertificação

e a falta de oportunidades de emprego. Estou certo que o Senhores Deputados não deixarão de dar eco às nossas reivindicações.

Qual a importância que atribui à vinda dos deputados so-

cialistas ao seu concelho?

É um momento muito importante para Seia, pois permite mostrar aos deputados socialistas uma parte do trabalho positivo já realizado, mas também, e sobretudo, o que falta realizar. Não deixa de ser também o reconhecimento da importância que Seia tem para o Partido Socialista.

O Governo do PS tem apostado no desenvolvimento do interior. O que ainda falta fazer? O grande problema com que o concelho de Seia se debate neste momento é a falta de acessibilidades aos principais eixos rodoviários.

Qualquer decisão que se tome sem resolver este problema, perde a sua eficácia.

Estamos confiantes que o Governo, no âmbito das suas preocupações com o interior do País, não deixará de resolver o assunto a curto prazo.

Perfil de Joaquim Pina Moura

Presidente da Assembleia Municipal de Seia



Natural de Loriga, concelho de Seia, Joaquim Pina Moura, 56 anos, é licenciado em Economia, com uma pós-graduação em Economia Monetária e Financeira. É professor convidado do Instituto Superior de Gestão. Foi dirigente do Movimento Associativo, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, entre 1970 e 1974, cuja licenciatura interrompeu no último ano, na sequência da Revolução do 25 de Abril. É candidato nas listas da CDE nas eleições de 1973, tendo integrado a Comissão Nacional do Congresso da Oposição em Aveiro, em Abril do mesmo ano. Militante destacado do PCP sai em profunda ruptura em 1991 para fundar a Plataforma de Esquerda. Adere ao PS, tendo participado activamente nos Estados Gerais. Antigo ministro da Economia e das Finanças de António Guterres, Pina Moura foi ainda deputado do Grupo Parlamentar do PS entre 2001 e 2007. É desde 2004 presidente da Iberdrola Portugal.

José Francisco Gomes Monteiro

Presidente da Câmara de Celorico da Beira

JOSÉ Francisco Gomes Monteiro nasceu em Angola a 12 de Agosto de 1958.

Licenciou-se em Engenharia Civil.

Depois da experiência como funcionário nas Autarquias de Celorico da Beira e Mêda, criou na freguesia onde ainda hoje reside, Lageosa do Mondego, um Gabinete de Projectos de Engenharia.

A 9 de Outubro de 2005 foi eleito Presidente da Câmara de Celorico da Beira pelo PS.



Como vê a realização destas jornadas no seu distrito?

É uma iniciativa positiva porque revela preocupação e sentido de responsabilidade: Conhecer o país real para legislar com mais justiça. Como todos sabemos Portugal é um país de assimetrias, com um desenvolvimento a velocidades diferentes: o litoral e os grandes centros urbanos superpovoados e desenvolvidos e o interior desertificado e pouco desenvolvido.

O distrito da Guarda reflecte os males do interior: população envelhecida, densidade populacional baixa e pouco atractivo para a fixação de empresas. Para dar o salto para o futuro, para o desenvolvimento e o progresso, precisa de ser discriminado positivamente, implementando incentivos para a fixação das pessoas e das empresas.

Qual a importância que atribui à vinda dos deputados socialistas ao seu concelho?

Realizar as Jornadas Parlamentares do Grupo Socialista da Assembleia da República na Guarda só pode merecer o nosso aplauso e a nossa admiração por revelar preocupação e sentido de justiça – legislar fazendo leis para todos mas, salvaguardando as diferenças e as particularidades de cada região. O contacto directo com o meio para descobrir os seus problemas e as suas potencialidades significa colocar as pessoas em primeiro lugar. É necessário coragem política para empurrar o interior para o desenvolvimento. Tem que se pôr

de lado as estatísticas e pensar apenas no bem-estar das pessoas, sejam elas do litoral ou da mais longínqua aldeia das beiras ou de Trás-os-Montes.

O Governo do PS tem apostado no desenvolvimento do interior. O que ainda falta fazer?

Para se alcançar o tão almejado desenvolvimento do interior há ainda muito, muito, a fazer. É imperioso o Governo alterar a sua linha de acção; parar com a sua política economicista. Tem de olhar para o país, não como um todo homogéneo, mas como um conjunto de regiões díspares, com necessidades e

potencialidades diferentes, que requerem por isso, medidas específicas para impulsionar o seu motor de desenvolvimento. É por isso urgente que o Governo modere as reformas nos serviços públicos, vitais para as populações como os das áreas da saúde, educação, justiça, entre outros, e avaliar com rigor as consequências desastrosas para estas desfavorecidas populações, advindas do encerramento destes serviços, que potenciam o afastamento das pessoas para regiões, onde o acesso a esses serviços é mais facilitado, levando ao esvaziamento do interior de jovens e dos poucos de quadros qualificados que ainda por cá existem.

Somos apologistas de uma política de rigor e transparência. Aplaudimos uma política de controlo da despesa e do fomento da poupança, mas não podemos concordar com medidas completamente desajustadas à nossa realidade e que provocam o agravamento das condições de vida das populações e conduzem ao despovoamento. Pelo contrário, ansiamos por incentivos, isenções ou benefícios fiscais para empresas e pessoas singulares; a criação de novos ou a manutenção dos serviços públicos existente, para além de ambicionarmos investimentos de vulto na região, que promovam o desenvolvimento e invertam o sentido da migração actual.

Perfil de Margarida Moura

Presidente da Assembleia Municipal de Celorico da Beira

Maria Margarida Cabral Moura nasceu em Fornotelheiro, concelho de Celorico da Beira, a 28 de Outubro de 1940. Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, foi dirigente da Associação Académica e actriz no Teatro de Estudantes desta cidade, fazendo parte da direcção. Durante a crise académica de 1962 e como consequência da sua participação nela bem como do facto de ser membro da direcção da AAC foi expulsa da universidade, regressando três anos mais tarde para concluir a licenciatura. Trabalhou na área da Saúde e foi administradora do Hospital de Santa Maria durante vários anos. Durante o PREC integrou o gabinete de Vasco Gonçalves, dando assessoria nas áreas da saúde e do trabalho. Actualmente exerce a presidência da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, onde é independente eleita pelo PS e é reformada.

Emílio António Pessoa Mesquita

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

EMÍLIO Mesquita, natural da freguesia de Santo Amaro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, com 56 anos de idade, concluiu a sua licenciatura em Direito, no ano de 1978. Desde então exerceu advocacia, sendo paralelamente, desde 1980, assessor jurídico principal da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça.

Em 1997 aceitou integrar a Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa e, em 2001, foi candidato derrotado à presidência desta autarquia. A repetição da sua candidatura em 2005 possibilitou a conquista da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pela primeira vez para o Partido Socialista, acabando com 31 anos de poder do PSD.

Como vê a realização destas jornadas no seu distrito?

A realização destas jornadas parlamentares no distrito da Guarda é um sinal revelador da atenção que o Partido Socialista tem dedicado ao interior do país. Quando analisamos os períodos governativos em Portugal constatamos que foi sempre o Partido Socialista quem manifestou interesse pelas populações do interior e se preocupou com as suas necessidades.

O tema destas jornadas, "Políticas Sociais", tem sido uma das principais marcas do Governo socialista dirigido pelo eng. José Sócrates. Trazê-lo ao distrito da



Guarda significa que os deputados do Partido Socialista estão atentos aos nossos problemas estruturais de desemprego, desertificação, emigração, falta de investimento, entre outros. É também um sinal de esperança para os autarcas deste distrito que, desta forma, sentem a solidariedade dos deputados do Partido Socialista para com aqueles que diariamente se confrontam com todos estes problemas.

Qual a importância que atribui à vinda dos deputados socialistas ao seu concelho?

É um grande orgulho para Foz

Côa poder receber uma delegação de deputados da Assembleia da República que se disponibilizaram para conhecer o nosso concelho, a hospitalidade da nossa população e, sobretudo, inteirar-se, no terreno, das nossas principais dificuldades. Vila Nova de Foz Côa é porventura o único concelho que possui dois Patrimónios Mundiais e um desses patrimónios, a Arte Rupestre do Vale do Côa, ficará para sempre associada a uma opção política do Partido Socialista, facto que nos obriga a estarmos à altura da visão esclarecida daqueles que optaram pela preservação

deste Património inestimável. O Governo do eng. José Sócrates já deu provas do seu empenho nesta área com a decisão de avançar com a construção do Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa, que será uma infra-estrutura essencial no desenvolvimento futuro deste Concelho e desta Região. Contudo, o Concelho e a Região continuam a carecer de um conjunto de investimentos públicos e privados que rentabilizem a nossa potencialidade turística. É para essa necessidade de investimento que procuraremos sensibilizar os Senhores Deputados.

O Governo do PS tem apostado no desenvolvimento do interior. O que ainda falta fazer?

O interior continua a padecer dos problemas crónicos da desertificação, do envelhecimento da população e da falta de emprego. É para aí que a acção governativa deve dirigir a sua atenção, promovendo uma política de discriminação positiva que apresente esta região como uma boa alternativa à vida das grandes cidades. Julgo por isso que deveríamos reforçar as medidas de apoio à fixação de pessoas e à implementação de investimento privado, nomeadamente no âmbito de uma aposta significativa na potencialidade turística desta magnífica região duriense.

Perfil de Rui Nascimento Rabaça Vieira

Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa



Licenciado em Filosofia. Membro da Comissão Política Nacional do PS. Deputado desde a IV Legislatura. Membro de várias Comissões Parlamentares. Membro de uma direcção do GP/PS sob a presidência de Jorge Sampaio. Presidente do Conselho de Administração da Assembleia da República nas VII e VIII Legislaturas. Membro da Comissão Política do PS. Foi presidente da Federação do PS de Leiria. Membro da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e da Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Perfil de João de Almeida Santos

Presidente da Assembleia Municipal da Guarda



João de Almeida Santos é presidente da Assembleia Municipal da Guarda e presidente da Assembleia da Comunidade Urbana das Beiras. Autor de várias obras de teoria política, de filosofia e de teoria da comunicação («O princípio da hegemonia em Gramsci», Lisboa, Vega, 1986; «Paradoxos da democracia», Lisboa, Fenda, 1998; «Os intelectuais e o poder», Lisboa, Fenda 1999; «Breviário político-filosófico», Lisboa, Fenda 1999; «Homo Zappiens», Lisboa, Editorial Notícias, 2000), é colunista do «Diário Económico» e do semanário regional das Beiras «O Interior». Antigo director-adjunto do "Acção Socialista", é actualmente membro da Comissão Nacional do PS. É membro da Comissão Nacional do PS. É assessor do primeiro-ministro.

Joaquim Valente

Presidente da Câmara da Guarda

JOAQUIM Valente é presidente da Câmara Municipal da Guarda tendo iniciado a sua actividade política como presidente de Junta de Freguesia. Foi vereador, entre 1998 e 2001, na Câmara Municipal da Guarda e na Câmara de Celorico da Beira, entre 2001 e 2005. Engenheiro técnico civil de profissão foi consultor nesta área.

Como vê a realização destas jornadas no seu distrito?

As jornadas parlamentares do PS na Guarda representaram, para nós, uma excelente oportunidade de pôr a Guarda na agenda nacional, projectando a sua imagem, de impulsionar alguns dossiers decisivos para o futuro da Região, como, por exemplo, o do Hospital Sousa Martins, e de proporcionar um franco e profícuo diálogo político com o Grupo Parlamentar que sustenta o Governo. Queremos, por isso, agradecer à direcção da bancada parlamentar e aos deputados do PS a decisão de realizar as jornadas parlamentares na Guarda, pelo que isso representou de valorização da Região. A presença do primeiro-ministro, de vários ministros e dos deputados



do PS representaram, de facto, uma oportunidade única para dar um novo impulso aos dossiers em aberto no distrito.

Qual a importância que atribui à vinda dos deputados socialistas ao seu concelho?

A importância que resulta de se tratar do Grupo Parlamentar que detém a maioria absoluta na Assembleia da República, consti-

tuindo a base política de apoio do Governo. A vinda dos deputados socialistas ao nosso concelho representou, por isso, uma excelente oportunidade de aproximação da maioria e do governo aos concretos problemas do concelho e suas envolventes mais gerais. Tratou-se de uma excelente oportunidade para todos, com os resultados que todos já reconheceram. Ficou mais uma vez claro que o PS é um par-

tido solidário e muito sensível aos problemas da interioridade.

O Governo do PS tem apostado no desenvolvimento do interior. O que ainda falta fazer?

É verdade. Este Governo tem investido fortemente no interior. Lembramos, por exemplo, num âmbito mais global, as medidas de favorecimento fiscal tendentes a canalizar investimento para o interior ou a decisão de manter as SCUT e de prosseguir na ampliação da rede viária como variáveis que favorecem a competitividade da região. É também verdade que, além destas medidas, se tem vindo a verificar um forte investimento do Estado nos concelhos. A esta tendência não é alheia a sensibilidade do primeiro-ministro em relação aos problemas de um interior que ele tão bem conhece. Mas é claro que muito há ainda a fazer para nos dotarmos de capacidades competitivas em relação ao litoral e à vizinha Espanha. E temos a certeza de que este QREN nos irá ajudar não só a completar a rede de infra-estruturas que temos vindo a construir, mas também a reanimar o próprio tecido económico da região.

“O Governo tem reve para proceder a re

JORGE MAGALHÃES, PRESIDENTE DA CÂMARA DE LOUSADA

Os responsáveis autárquicos da edilidade de Lousada têm vindo a desenvolver, desde que tomaram posse na década de 90, um assinalável esforço que tem permitido transformar este município do Vale do Sousa, de um dos mais deprimidos e atrasados economicamente da região Norte, num estádio de progresso e bem-estar social por todos reconhecido. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da autarquia não tem dúvidas que o caminho para um futuro mais sólido e sustentado ainda apresenta alguns obstáculos, mas não deixa de aplaudir a abertura e a disponibilidade que o Governo tem dado na procura conjunta de soluções para alguns dos problemas com que o município se debate.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O município de Lousada está integrado no Vale do Sousa, hoje uma das regiões mais industrializadas do país. Com uma população muito jovem e onde o investimento tem vindo a ser um parceiro sólido, quais são as suas principais preocupações desde que assumiu responsabilidades na autarquia?

Fui eleito em 1989. Nessa altura, Lousada apresentava enormes constrangimentos, praticamente em todos os campos. Desde então, empreendemos uma série de acções que projectaram o concelho para um patamar de desenvolvimento, inquestionavelmente reconhecido por todos. A construção da rede de água e de saneamento, as infra-estruturas a nível da educação, da cultura e do desporto, a requalificação urbana, as acessibilidades e todo um conjunto alargado de intervenções permitiram projectar Lousada para um nível de desenvolvimento bastante assinalável. Naturalmente que, com o passar dos anos, outros problemas foram surgindo, aos quais temos dado toda a atenção, no sentido de proporcionar à população as condições adequadas para uma vida o mais feliz possível.

Com uma rede pré-escolar que cobre satisfatoriamente todo o concelho, com que lacunas o seu município ainda luta para que o sector educativo esteja de facto resolvido?

Aqui está um bom exemplo do trabalho realizado. Herdámos uma rede de quatro jardins-de-infância, e neste momento, possuímos já 32 estabelecimentos de educação pré-escolar, num total de 51 salas, que cobrem a totalidade do concelho. No primeiro ciclo, também construímos várias escolas de

raiz, ampliámos muitas outras e estamos a dotar todas elas dos meios necessários para o sucesso educativo. Por exemplo, antes da generalização das actividades de enriquecimento curricular, já dispúnhamos de soluções idênticas de complemento lectivo e de apoio às famílias. Neste ano, abrimos mais três novos edifícios e mais dois estão em fase final de conclusão. Para o próximo ano, já lançámos mais duas novas escolas. Convém referir que Lousada é o concelho mais jovem do país, o que expressa bem a nossa grande vitalidade demográfica. Por isso se justifica, também, a construção de uma nova EB 2,3, de resto já consignada em PIDDAC. Temos, igualmente, em articulação com os agrupamentos de escolas e os parceiros da Rede Social e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, desenvolvido um trabalho incessante no combate ao abandono escolar, com resultados francamente meritórios. No contexto do programa “Novas Oportunidades”, estamos a trabalhar a fim de solucionarmos umas debilidades mais limitativas desta região, que é a falta de qualificação da população.

O turismo é uma das áreas económicas em que a Câmara Municipal mais tem apostado. Qual o peso que este sector representa e quais as perspectivas a breve prazo?

Hoje em dia, mais do que nunca, o turismo constitui uma indústria com uma preponderância cada vez mais significativa na vida socio-económica. Nós dispomos de condições muito atractivas, que estão a ser aproveitadas, pelo que, neste sector, reside uma das nossas grandes expectativas. Por um lado, há um elevado incremento no turismo de habitação, com um número assinalável de casas se-



lado enorme coragem reformas de fundo”

nhoriais a assegurar um serviço de grande qualidade. Por outro lado, possuímos uma grande diversidade de património histórico, estando alguns monumentos integrados na designada Rota do Românico do Vale do Sousa. Há, também, a gastronomia, cuja originalidade motivou a criação das Rotas Gourmet, que têm registado uma procura incessante ao longo do ano. De referir, igualmente, a singularidade do nosso artesanato, que levou mesmo à criação de uma cooperativa de artesãos. As belezas naturais e a hospitalidade do povo completam as potencialidades que tornam uma estada em Lousada bastante agradável. Finalmente, há a salientar a invejável rede de acessibilidades e a panóplia de equipamentos culturais e desportivos, que permitem a quem nos visita condições para um turismo de qualidade.

O município de Lousada está inserido no distrito do Porto, um dos mais desenvolvidos e populosos do país. O que espera que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) possa trazer de positivo ao seu concelho?

Espero que possa ajudar a colmatar algumas debilidades que ainda sentimos, nomeadamente ao nível da qualificação dos recursos humanos, a diversificação e a inovação industrial, a sustentabilidade do emprego e a competitividade económica.

Ainda há dias um estudo da Comunidade Urbana salientava a crise social no Vale do Sousa, suscitada, exactamente, pela precariedade do emprego, pela produtividade e rendimento “per capita” inferiores ao resto do país e pelos baixos índices de escolarização e formação. Por conseguinte, o desenvolvimento económico e a coesão social cons-

nómico das populações?

Começo por salientar a grande aposta na rede de abastecimento de água que já abrange, praticamente, todo o concelho ao passo que o saneamento básico continua em franca expansão prevendo-se que, a médio prazo, todas as freguesias fiquem abrangidas. Infelizmente nunca houve da parte das sucessivas administrações centrais um apoio claro nesta área tão sensível para a qualidade de vida das populações, o que nos obrigou a um esforço financeiro gigantesco, apesar dos poucos recursos de que dispomos.

Investimos, igualmente, na habitação social nomeadamente através de três complexos habitacionais em Lustosa, Meinedo e Cernadelo, dando resposta a situações de carência vividas por muitas famílias.

O Plano Director Municipal (PDM) encontra-se em fase final de revisão. Uma das nossas preocupações foi sempre salvaguardar o equilíbrio urbanístico e a gestão do território com grande coerência.

A nível do desporto, referência para o complexo desportivo, com instalações modelares, com um estádio de relva sintética para a prática do hóquei em campo (modalidade que no concelho mobiliza centenas de atletas), e dois campos

relvados multifuncionais, para a prática do futebol e do rãguebi. Igualmente já arrancámos com o complexo de ténis, dado Lousada ser a sede da Associação Ténis Atlântico, envolvendo associações regionais desde a Galiza até Leiria. Numa fase posterior, vamos construir um estádio e um centro de estágios.

Na cultura, dispomos de vários equipamentos, com destaque para a biblioteca municipal, das mais modernas do país, e o auditório municipal, para onde convergem programas de animação de elevada qualidade ao longo de todo o ano e que têm captado e fidelizado um número crescente de espectadores, rendibilizando, também, as potencialidades da companhia profissional de teatro “Jangada”, aqui residente, e o conservatório de música do Vale do Sousa, que mobiliza vários milhares de alunos.

“Lousada é o concelho mais jovem do país, o que expressa bem a nossa grande vitalidade demográfica”.

“Com a nova fórmula adoptada da Lei das Finanças Locais o concelho de Lousada não foi prejudicado”.

“Uma das nossas preocupações foi sempre salvaguardar o equilíbrio urbanístico e a gestão do território com grande coerência”.

O Governo aprovou a nova Lei das Finanças Locais. Na sua opinião, trata-se de uma boa lei ou, pelo contrário, é merecedora de críticas?

Com a nova fórmula adoptada o concelho de Lousada não foi substancialmente prejudicado.

Numa análise breve, o que lhe oferece dizer sobre a actuação do Governo e a sua relação com a autarquia de Lousada?

O Governo encontrou o país numa situação muito difícil, agravada pela grave conjuntura económica internacional que neste momento se vive. No entanto, tem revelado coragem para proceder a alguma reformas de fundo. Relativamente à sua relação com a Câmara de Lousada, temos encontrado abertura e disponibilidade, na procura de soluções para alguns problemas com que o município se debate.

tituem áreas fulcrais, que deverão merecer do QREN uma aposta clara.

Em matéria de acessibilidades, quais as principais queixas que Lousada apresenta?

Lousada encontra-se numa situação verdadeiramente invejável em termos de centralidade. O concelho é servido por três auto-estradas – A42, A11 e A4 –, pela linha de comboios suburbanos do Grande Porto e por uma rede de estradas nacionais, cuja repavimentação está em curso ou com beneficiação já projectada.

Qual tem sido o contributo da equipa camarária que dirige em áreas tão determinantes para o desenvolvimento local como o planeamento urbanístico, habitação, saneamento, ambiente e qualidade do espaço público, cultura e desenvolvimento eco-



OPINIÃO

CARLOS LOPES
Deputado do PS

A profissionalização progressiva da Protecção Civil é uma medida da reforma operada no sector pelo Governo, que tem resultado numa mudança estrutural da qualidade da prestação do Socorro em Portugal

ESTRATÉGIA DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS EM 2008 COM NOVAS MEDIDAS

O GOVERNO apresentou recentemente a Directiva Operacional Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. O ministro da Administração Interna, dr. Rui Pereira, sublinhou a introdução de um conjunto de medidas inovadoras que resultam da avaliação do desempenho do dispositivo, naquele que é o instrumento orientador da estratégia de combate aos incêndios florestais em 2008.

Das medidas apresentadas, destaca-se o reforço dos meios do Dispositivo Integrado de Combate aos Incêndios Florestais durante a fase mais crítica da vigilância, detecção e combate, a Fase CHARLIE. Neste período irão ser mobilizados mais de 9500 elementos, apoiados por 2250 veículos. Igualmente, o dispositivo de meios aéreos irá ver reforçada a capacidade de resposta em 2008, com um total de 56 aeronaves, mais quatro do que em 2007, e que corresponde à maior frota de sempre de meios aéreos no combate aos incêndios florestais em Portugal, dos quais nove já são aparelhos adquiridos pelo Estado Português.

O investimento na profissionalização do ataque inicial helitransportado também merece aplauso, com a criação de mais uma companhia do Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro da Guarda Nacional Republicana e da segunda companhia da Força Especial de Bombeiros ("Canarinhos"). A profissionalização progressiva da Protecção Civil é uma medida da reforma operada no sector pelo Governo, que tem resultado numa mudança estrutural da qualidade da prestação do Socorro em Portugal.

A criação de uma base de dados, que vai permitir fornecer, em tempo real, dados meteorológicos, factores de risco, níveis de humidade dos combustíveis florestais, vegetação, pontos de água, linhas de corta-fogo, entre outra informação de apoio à decisão, foi outra inovação apresentada pelo titular da pasta da Administração Interna. Esta é uma medida que se afigura determinante para uma gestão mais eficiente dos meios, nos teatros de operações.

Em nossa opinião, a Directiva Operacional de 2008 prossegue, e bem, a estratégia do Governo no domínio do combate aos incêndios florestais que foi encetada em 2006. Esta Directiva vem reforçar o conceito de ataque inicial aos incêndios florestais, uma medida que tem merecido um reconhecimento unânime dos vários agentes de protecção civil na redução da área ardida em Portugal.

De facto, a Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Assembleia da República constatou quer nas visitas parlamentares ao terreno, quer nas audições parlamentares de balanço com as organizações do sector, a consolidação do comando único e da capacidade de resposta integrada do dispositivo. Para esta consolidação tem contribuído, de forma indiscutível, um meritório processo de melhoria continua desenvolvido pela Autoridade Nacional para a Protecção Civil. Nessa perspectiva, a criação de uma nova fase na Directiva - a fase ECHO -, que vigorará 16 de Outubro até final do ano, foi a resposta encontrada para agir de forma mais efectiva perante situações meteorológicas anómalas, como sucedeu no Outono de 2007.

Em suma, a Directiva Operacional Nacional de 2008 é, sem dúvida, mais um passo firme no caminho para a mitigação dos incêndios florestais em Portugal.



Inov Jovem e Inov Contacto são sucessos incontestáveis



DEIXAR marcas de modernidade como ambição para o futuro foi a ideia reafirmada pelo primeiro-ministro, José Sócrates ao assinalar o dia em que se completaram três anos de governação socialista (20 de Fevereiro).

Nesta sessão realizada no Parque das Nações e em que também discursaram os ministros da Economia, Manuel Pinho, e do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, Sócrates fez o balanço da aplicação dos programas para estágios profissionais destinados a jovens Inov Jovem (estágios em Portugal) e Inov Contacto (estágios em países estrangeiros) – os primeiros a serem implementados pelo Executivo do PS após ter sido eleito por maioria absoluta nas últimas legislativas – apontando-os como duas das principais marcas de modernidade da actual governação.

De seguida, anunciou o reforço do número de vagas e dos investimentos do Estado nestes programas de sucesso incontestável.

“Eles vão abranger mais pessoas e mais recursos financeiros”, adiantou.

Segundo o Sócrates, no Inov Jovem haverá um novo concurso

com 1500 vagas, abrangendo três mil jovens e no Inov Contacto as vagas serão aumentadas em 350.

Tal como referira Manuel Pinho no início da cerimónia, José Sócrates adiantou que será ainda criado o programa Vasco da Gama, com 50 vagas, destinado a gestores especializados até aos 35 anos.

De acordo com dados do Governo, o Inov Jovem foi lançado com uma oferta inicial de mil estágios e o Inov Contacto com uma oferta de 500 vagas, mas, em Novembro de 2005, logo se concluiu que a procura foi muito superior à oferta.

Ao Inov Jovem concorreram 5600 jovens para mil estágios, enquanto que ao Inov Contacto concorreram 4279 (uma procura 8,5 vezes superior à oferta).

Segundo dados recentes, de uma oferta inicial de mil vagas em Maio de 2005, o Inov Jovem já abrangeu 4634 jovens, tendo sido integrados no mercado de trabalho 4416 (cerca de 95 por cento).

Em relação ao Inov Contacto, de uma oferta inicial de 500 estágios em 2005, o programa já

atribuiu 548 estágios, dos quais 85 estão em curso.

Ainda ao nível deste último programa de estágios em países estrangeiros, de um total de 548 estagiários, 213 (cerca de 46 por cento) encontram-se inseridos no mercado de trabalho, 101 em empresas nacionais e 112 no mercado externo.

Quanto às áreas de formação, o primeiro lugar cabe às tecnologias de informação com 24 por cento, seguindo a biotecnologia e farmacêutica (15 por cento), a consultoria (7 por cento) e o turismo (5 por cento).

Mas, na cerimónia que decorreu no Pavilhão de Portugal, José Sócrates não deixou passar a oportunidade de lembrar que as marcas de modernidade no país não se ficam por aqui, referindo-se logo à introdução do inglês no primeiro ciclo do ensino básico, à revisão da lei da nacionalidade (que tem ajudado a integrar melhor os imigrantes), ao sistema de empréstimos para estudantes do Ensino Superior (calcula-se em 1700 o número de jovens abrangidos) e à despenalização da interrupção voluntária da gravidez. M.R.

Três perguntas aos presidentes das Câmaras de Santo Tirso e Odivelas



Castro Fernandes
Presidente da Câmara de Santo Tirso

1. A Lei das Finanças Locais é uma lei nova que procura impedir atropelamentos no que ao endividamento municipal diz respeito. O que aconteceu na Câmara Municipal de Lisboa, no tempo do dr. Santana Lopes e eng.º Carmona Rodrigues, originou uma imagem negativa para as autarquias de todo o país. Mas é bom que se diga que existem outros casos relativamente mais graves e que poderão implodir a todo o momento. O que é importante é que esta lei não seja interpretada como uma arma de arremesso contra o Poder Local mas sim uma lei que embora ajude a disciplinar não iniba o progresso e o desenvolvimento.

2. Pelo contrário, estou é preocupado com tais declarações, tanto mais que o presidente da ANMP, Fernando Ruas se pronunciou política e partidariamente, condenando o que aconteceu em Lisboa, numa postura incorrecta, já que enquanto presidente da associação de municípios

o que deveria fazer era defender os interesses da Câmara de Lisboa, na qualidade de associada da ANMP. Pergunto: como é possível a ANMP tomar esta posição face a um empréstimo aprovado por maioria na Assembleia Municipal de Lisboa? É preciso lembrar que o reenvio da decisão do Tribunal de Contas no seio da Câmara Municipal de Lisboa mereceu a unanimidade dos vereadores. Juristas como Vital Moreira e Marcelo Rebelo de Sousa consideram que o empréstimo não deveria ter sido chumbado e vem agora o presidente da ANMP dizer que isto tem a ver com a Lei de Finanças Locais. Claro que não tem nada a ver. Aliás, o que se percebeu é que o presidente da ANMP, Fernando Ruas, queria atacar o dr. António Costa, esquecendo-se que este é actualmente o presidente da Câmara de Lisboa e não o ministro que aprovou a Lei das Finanças Locais. Mais, a nova lei não põe em causa o pedido de empréstimo solicitado pela Câmara Municipal de Lisboa. Que dirão

todas as autarquias que têm idênticos pedidos de empréstimo se, porventura, o presidente da ANMP tomar idêntica posição?

3. A ANMP foi criada para defender os seus membros e não para tomar posições sobre conjunturas políticas e partidárias. Pela voz de Fernando Ruas a ANMP está a caminhar para posições que não são as da sua tradição. Às vezes parece gerida de fora mas ainda não é do PSD, é dos autarcas de todo o país. A posição de Fernando Ruas não está de acordo com o que sempre defenderam os anteriores presidentes da ANMP, Torres Pereira e Mário de Almeida. E é este quebrar do princípio da independência por parte do presidente da ANMP que me faz equacionar se Santo Tirso deve continuar ou não na estrutura. Com este tipo de declarações o actual presidente da ANMP está a quebrar um princípio fundamental nas relações entre autarcas que é o princípio da solidariedade.



Susana Amador
Presidente da Câmara de Odivelas

1. Na minha opinião, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais veio dar um precioso impulso no aumento do rigor e transparência das contas dos Municípios portugueses.

As alterações que introduziu à forma de cálculo do endividamento, a definição precisa do que é o endividamento municipal, o modo de funcionamento do Fundo Social Municipal, a consolidação de contas e a certificação legal de contas, constituem pontos fortes que contribuem para a verdade das demonstrações financeiras.

Muito sinteticamente destacam-se como pontos importantes da nova Lei, o reforço dos poderes tributários dos Municípios, o já referido Fundo Social Municipal onde se incluem os financiamentos das competências transferidas para as autarquias locais, nomeadamente, educação, saúde e acção social, o Fundo de Coesão que vem introduzir o conceito de solidariedade entre municípios e proporcionar a coesão territorial e a sustentabilidade local.

Destaco como um dos pontos menos positivos desta Lei a previsível descida da derrama arrecadada. No entanto, concordo com a nova metodologia de cálculo da derrama, uma vez que, a mesma parece implicar que as empresas que sempre pagaram derrama passem a pagar menos e as empresas que não pagavam derrama por declararem anualmente prejuízos e/ou benefícios fiscais passem também a pagar derrama.

Parece-me também que o cumprimento da nova Lei veio introduzir uma nova dinâmica à gestão municipal. Os executivos municipais, cumprindo os limites impostos na Lei, vão poder prestar contas e apresentar um Município sustentável financeiramente, diminuindo-se, por esta

via, as heranças pesadas com que alguns executivos municipais são presenteados quando tomam posse e que no momento em que pensavam poder colocar no terreno o seu projecto político depararam-se com passivos e défices elevadíssimos que bloqueiam a acção.

2. O presidente da ANMP tem vindo sucessivamente a pôr em causa o princípio da independência, que é fundamental na prossecução dos objectivos da Associação, ao serviço de todos os municípios portugueses.

As suas declarações inserem-se frequentemente numa clara linha de orientação político-partidária, esquecendo-se que, enquanto Presidente da ANMP, representa todos os Municípios, independentemente dos partidos que governam cada um dos Municípios, quebrando assim, também, o princípio da imparcialidade no desempenho das suas funções de presidente.

As posições que vem tomando não respeitam a tradição a que nos tinha habituado Mário de Almeida, no largo tempo em que foi presidente da ANMP. Nas declarações que proferiu sobre o empréstimo aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa, não teve o cuidado em distinguir a sua militância partidária, da sua função de representante de todos os Municípios.

A Associação de Municípios foi criada para defender todos os seus membros e não para tomar posições partidárias, por isso é que ser presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses constitui uma grande responsabilidade e capacidade de equilíbrio institucional.

O presidente da ANMP tem usado, recor-

rentemente, a Associação para servir de arma de arremesso político contra a Câmara Municipal de Lisboa, e esta não é atitude correcta para quem representa o universo dos municípios portugueses.

Todos sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa e o seu presidente necessitam de uma solução urgente para a recuperação e saneamento financeiro da autarquia e celebração de acordo de pagamento com os fornecedores. Não podemos esquecer que estamos a falar da capital do país.

3. O presidente da ANMP instrumentaliza, por vezes, esta associação como se de um partido de oposição se tratasse, esquecendo-se que consta nos estatutos que a ANMP não prossegue fins político-partidários e que exerce a sua actividade com independência de quaisquer entidades públicas ou privadas.

Enquanto o Partido Comunista arregimenta alguns dos seus militantes, embora poucos e não representativos, para encenarem e incorporarem algumas classes profissionais na tentativa vã de condicionarem as iniciativas do Partido Socialista ou as deslocções do primeiro-ministro, o PSD denota que não consegue definir uma estratégia política coerente e responsável, e a falta de liderança no partido permite e potencia o surgimento das tentativas desesperadas de fazerem oposição através de instrumentos anómalos e das instituições que alguns dos seus militantes com aspirações secretas a líder representam, como é o caso do presidente da ANMP.

Este não é, seguramente, o comportamento que sirva os interesses de todos os municípios portugueses.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do
Plano Tecnológico

CUMPRIR E EXIGIR

TRÊS ANOS após as eleições de 20 de Fevereiro de 2005 em que os portugueses mandaram o PS para governar Portugal em nome dum programa ambicioso e definidor de novas fronteiras de ambição e rigor, começa a ser possível avaliar o grau de concretização desse mandato e das suas principais bandeiras diferenciadoras. São também cada vez mais claros os desafios a enfrentar e a vencer até ao final da legislatura.

O Governo cumpriu com coragem o compromisso de consolidação das finanças e de redução do deficit público. Cumpriu também ao garantir a sustentabilidade da segurança social, ao usar as novas tecnologias para modernizar a administração pública, ao fomentar a integração de jovens licenciados nas PME, ao proporcionar novas oportunidades de qualificação aos trabalhadores portugueses e

“O tempo dos sacrifícios para todos deve dar origem tempo da recompensa para quem ousa, para quem mais necessita e para quem é aliado do progresso e da modernização do país”

ao disseminar a ideia política do Plano Tecnológico por todas as áreas da governação e pelas dinâmicas da sociedade civil.

Para atingir estes resultados o Governo pediu e obteve o empenho e o sacrifício dos portugueses. Não chegou ainda o momento de aliviar a exigência, mas a matriz do contributo necessário é agora diferente.

O que a governação precisa agora dos portugueses é capacidade de iniciativa e vontade de empreender e um novo ciclo de confiança capaz de alavancar Portugal para um novo patamar de competitividade global.

O optimismo e confiança são as chaves de sucesso nas sociedades modernas, mas não se decretam nem se disseminam apenas pela magistratura de influência.

Chegámos por isso a um novo patamar do ciclo político. O Governo não pode desviar-se do seu caminho. É fundamental continuar a cumprir com rigor o seu programa para defender a credibilidade do projecto que os portugueses sufragaram e para aprofundar os alicerces do nosso sistema democrático. Mas chegou o momento de mudar o foco da exigência. O tempo dos sacrifícios para todos deve dar origem tempo da recompensa para quem ousa, para quem mais necessita e para quem é aliado do progresso e da modernização do país.

É esta atitude que faz sentido desenvolver na prática quotidiana de exercício das políticas. É essa atitude que em função da sua prática de rigor, o governo tem autoridade para exigir dos portugueses.

Sócrates anuncia novas auto-estradas para o interior do país

Requalificação total da Estrada Nacional 125, no Algarve, e novas concessões para a construção das auto-estradas entre Vila Real e Bragança, entre Coimbra e Viseu, e um novo troço de ligação, junto a Leiria, da A8 com a A1, cujos concursos serão lançados já durante este mês de Março, foram as novidades apresentadas por José Sócrates no debate quinzenal.

O PRIMEIRO-MINISTRO foi à Assembleia da República reafirmar que o seu Governo é o primeiro, em mais de trinta anos, a avançar com um conjunto de iniciativas e de medidas concretas, tendo em vista aumentar os níveis de qualidade de vida e de bem-estar das populações do distrito de Bragança, algo que, sublinhou, “não tem qualquer paralelo com o que foi feito pelos anteriores governos”.

Depois de recordar que foi o seu Executivo que lançou a concessão da auto-estrada entre Celorico da Beira, no distrito da Guarda, e Bragança, “que estava prevista há anos mas que nenhum governo anterior teve coragem ou competência para avançar”, José Sócrates garantiu que “a prioridade das prioridades” do Governo, no capítulo das infra-estruturas rodoviárias, “vai agora para a construção da auto-estrada entre Bragança e Vila Real”, lembrando que este distrito “é único do país que ainda não dispõe de um único quilómetro de auto-estrada”, cenário que será invertido muito em breve com a construção da nova infra-estrutura rodoviária,



a qual classificou como a “auto-estrada da justiça”, que ligará as duas cidades mais importantes da região de Trás-os-Montes.

Também em relação à requalificação da 125, no Algarve, uma obra que na opinião do primeiro-ministro “há muito que devia já estar feita”, uma vez que se trata, “de um dos pontos negros do país em termos de sinistralidade”, a novidade é que esta intervenção se fará “de uma só vez”, evitando, como disse, os incómodos que as obras desta natureza sempre podem acarretar, “sobretudo numa região que

é o mais forte destino turístico do país”.

Agendado para este mês está igualmente o lançamento das concessões para a ligação entre as auto-estradas A8 e A1, na zona de Leiria, que se chamará concessão do litoral Oeste, e para a construção da auto-estrada entre as cidades de Coimbra e de Viseu, obra que o primeiro-ministro considerou importante e estruturante para o desenvolvimento harmonioso e sustentado do país.

Com o ritmo que este Governo tem conseguido imprimir

na construção de novas auto-estradas, o primeiro-ministro não tem dúvidas que em 2012 cerca de “75 por cento do Plano Rodoviário Nacional estará concretizado”.

Para José Sócrates, a política de obras públicas “tem de ser vista e analisada na perspectiva do desenvolvimento do país”, e não como um mero aceno eleitoral ou isco fácil para angariar mais votos.

Também o líder da bancada parlamentar do PS, Alberto Martins, usou da palavra para criticar o PSD e manifestar a sua concordância com o primeiro-ministro quando este acusa o maior partido da oposição de ser “não um partido favorável às reformas, mas um partido da contra-reforma”.

A crítica de Alberto Martins foi extensível à liderança do PSD por ter quebrado o acordo que estabeleceu com o Partido Socialista no âmbito do pacto da Justiça, nomeadamente em relação à revisão do mapa judiciário, tendo negado que tenha existido da parte do PS ou do Governo “qualquer contratempo na aprovação de diplomas da lei orgânica no pacto da Justiça”.

Da parte do PSD, disse Alberto Martins, o que podemos constatar agora é que há “palavras a mais e cumprimento da palavra a menos”.

O líder do GP/PS recordou que o diploma referente à lei orgânica da polícia judiciária, um dos pontos invocados pelo PSD para ter andado para trás em relação à palavra dada, ainda não foi aprovado porque “o PSD exigiu que a sua discussão fosse feita ao mesmo tempo com a discussão da lei de segurança interna”, algo que os socialistas, sublinhou, não poderiam aceitar. **R.S.A.**



Comício nacional no Porto assinala três anos de Governo do PS

PARA assinalar os três anos sobre a tomada de posse do Governo liderado por José Sócrates, o Secretariado Nacional do PS, reunido no dia 3, aprovou um conjunto de iniciativas destinadas a mobilizar o partido e dirigidas à sociedade. Assim, no próximo dia 15 de Março, sábado, realizar-se-á um grande comício nacional no Porto, e no dia 11 tem lugar uma reunião da Comissão Política. Para os dias 7, 8 e 9 estão marcadas reuniões de militantes com dirigentes do Partido Socialista em todas as federações.

Em conferência de Imprensa realizada no Largo do Rato, o dirigente socialista Augusto

Santos Silva disse que o objectivo destas iniciativas “é mobilizar o partido e os seus militantes e dirigir-se à sociedade portuguesa por ocasião do 3º aniversário do Governo do PS, tendo em conta o futuro e a agenda de reformas ao serviço da modernização do país”.

Com estas iniciativas, referiu ainda o ministro dos Assuntos Parlamentares, “O PS mostra que tem uma agenda própria”, ao contrário de outros partidos. Uma agenda que, como referiu “é de modernidade e de progresso para o país”, acrescentando que o PS é hoje “a força política que melhor representa as forças mais dinâmicas em Portugal”.